

Documento de Área

Interdisciplinar

Área 45

Coordenador da Área:

Eduardo Winter

Coordenador Adjunto de Programas Acadêmicos:

Marcelo Albano Moret Simões Gonçalves

Coordenadora Adjunta de Programas Profissionais:

Katia Christina Leandro

2025 – 2028



SUMÁRIO

PREÂMBULO	6
ESTADO DA ARTE	6
1 ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS PROGRAMAS	13
1.1 Inovações, transformações e propostas	13
1.2 Planejamento dos Programas da Área no contexto das Instituições de Ensino Superior	15
1.3 Autoavaliação como parte da avaliação dos Programas	15
1.4 Atuação e experiência do corpo docente permanente (DP)	16
1.5 Visão da Área sobre a modalidade de Ensino à Distância	19
1.6 Visão da Área sobre a modalidade profissional	21
1.7 Visão da Área Interdisciplinar sobre formas associativas	23
1.8 A interdisciplinaridade na Área	23
1.9 Visão da Área sobre Processos Híbridos de Ensino e Aprendizagem (PHEA) ..	25
2 FORMAÇÃO E PRODUÇÃO INTELLECTUAL	299
2.1 Perspectivas da Área sobre a formação e perfil de egressos	299
2.2 Perspectivas na avaliação da produção intelectual	299
2.3 Perspectivas da Área quanto às mudanças impostas pelo movimento de Ciência Aberta	333
3 IMPACTO	33
3.1 Perspectivas de impacto dos Programas da Área na sociedade	333
3.2 Perspectivas dos processos de inserção e ampliação da visibilidade dos programas (internacionalização incluída). Popularização da Ciência.	36
3.3 Medidas de indução de interação com a educação básica ou outros setores da sociedade	38
4 CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXCELÊNCIA NA ÁREA	39

5	EQUIDADE, REDUÇÃO DE ASSIMETRIAS E DIVERSIDADE.....	431
5.1	Perspectivas de redução de assimetrias regionais e intrarregionais.....	43
5.2	Visão da Área sobre mecanismos de solidariedade (incluindo PCI)	46
5.3	Visão da Área quanto às políticas afirmativas de inclusão, permanência e acessibilidade.	47
6	ALTERAÇÕES DOS PROGRAMAS	49
6.1	Visão da Área sobre fusão, desmembramento e migração	49
7	OUTRAS CONSIDERAÇÕES DA ÁREA	50

Considerações da Diretoria de Avaliação

Neste documento a Área de Avaliação apresenta as diretrizes específicas que irão nortear as instituições de ensino superior sobre a avaliação e o acompanhamento dos programas de pós-graduação a ela vinculados. Essas diretrizes foram construídas de acordo com os critérios próprios da Área em constante diálogo com a sua comunidade. Para além disso, o Conselho Técnico Científico da Educação Superior (CTC-ES) definiu diretrizes e procedimentos comuns para a avaliação da pós-graduação stricto sensu e as áreas de avaliação e os programas devem observar as normas dispostas na legislação vigente e no documento referencial “Diretrizes comuns da avaliação de permanência dos programas de pós-graduação stricto sensu” disponível em <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/documentos-do-novo-ciclo-avaliativo-2025-2028>

COMPOSIÇÃO DAS CÂMARAS DA ÁREA INTERDISCIPLINAR

CÂMARA I – Políticas e Desenvolvimento de Territórios

Coordenação da Câmara I: Sandro Marcio Lima – UEMS

Coordenação Adjunta de Programas Acadêmicos: Mário Vasconcellos Sobrinho – UFPA

Coordenação Adjunta de Programas Profissionais: Márcia Bento Moreira – UNIVASF

CÂMARA II - Sociais, Culturas e Humanidades

Coordenação da Câmara II: Djalma Thürler – UFBA

Coordenação Adjunta de Programas Acadêmicos: Benedito Medrado – UFPE

Coordenação Adjunta de Programas Profissionais: Marcia Maria De Medeiros – UEMS

CÂMARA III - Engenharia, Tecnologia e Gestão

Coordenação da Câmara III: Claudia Andrea Lima Cardoso – UEMS

Coordenação Adjunta de Programas Acadêmicos: Gustavo Mendes Platt – FURG

Coordenação Adjunta de Programas Profissionais: Geraldo Roberto Carvalho

Cernicchiaro – CBPF

CÂMARA IV - Saúde e Biológicas

Coordenação da Câmara IV: Benedito Sergio Denadai – UNESP

Coordenação Adjunta de Programas Acadêmicos: Hercílio Martelli Junior - UNIMONTES

Coordenação Adjunta de Programas Profissionais: Carolina Madeira Lucci – UnB

PREÂMBULO

Este documento apresenta considerações sobre o futuro da Área de Avaliação e discorre conceitualmente sobre o caráter indutor do processo avaliativo da CAPES, que tem por meta ampliar as perspectivas de impacto dos Programas na sociedade, por meio da busca de uma maior qualidade na formação de Mestres e Doutores e aumento da produção intelectual altamente qualificada. Juntamente com outros documentos, como a Ficha de Avaliação e o Documento Orientador da Avaliação de Propostas de Cursos Novos (APCN), constituem a base dos diferentes processos de avaliação da CAPES.

ESTADO DA ARTE

O enfrentamento de muitos dos desafios contemporâneos do mundo exige uma abordagem multifacetada e integrada, e a pesquisa interdisciplinar tem se tornado cada vez mais importante, tanto para o interesse acadêmico, quanto para as políticas científicas governamentais. Por essa razão, tem se se caracterizado como espaço adequado para as ações da CAPES em relação ao Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG).

Em virtude de sua natureza transversal, a interdisciplinaridade tem sido considerada epistemologia chave para o desenvolvimento de projetos de pesquisa que, na interface das fronteiras disciplinares, se cruzam para resolver problemas urgentes do mundo, fenômenos complexos de diferentes naturezas, articulando em várias escalas conceitos, teorias, metodologias e tecnologias para responder muitas das questões sociais e científicas contemporâneas. A pesquisa interdisciplinar não é contrária à perspectiva disciplinar. Diferente disso, não pode existir sem ela, alimenta-se dela, pois são duas dimensões complementares do conhecimento.

Não à toa, por estabelecer pontes entre diferentes níveis de realidade, lógicas e formas de produção do conhecimento, a ciência interdisciplinar tem se tornado uma preocupação importante para muitos cientistas e instituições acadêmicas, bem como para o mundo ecossocioeconômico, o que justifica o número crescente de Programas e Centros de Pesquisa Interdisciplinares que complementam a pesquisa disciplinar. Saliente-se ainda que este escopo epistemológico possui sua visão, métodos e práticas inerentes à sua natureza peculiar.

Por isso, torna-se natural e desejável o permanente diálogo da Área Interdisciplinar com todas as Áreas da CAPES, pensar a interdisciplinaridade enquanto uma comunidade de conhecimento de diferentes saberes e práticas compartilhados, a fim de estimular autonomia e compromisso no processo de formação do sujeito contemporâneo comprometido em tornar a vida eticamente viável e induzir e fortalecer as interconexões dos Programas de Pós-Graduação (PPGs) com áreas críticas emergentes de investigação e com foco interdisciplinar.

A evolução quantitativa da Área Interdisciplinar na CAPES, em termos do número anual de novos Cursos ou Programas credenciados, entre 2011 e 2023, é apresentada na Figura 1. Em valores absolutos, desde a criação da Área, em 1999, sempre foi elevado o número de Cursos/Programas submetidos para apreciação. Contudo, o percentual de aprovações (Figura 1), se manteve na média geral de 20%, apesar do número absoluto de propostas se apresentar expressivo.

Essa elevada demanda proporcionou um crescimento e induziu a organização da Área Interdisciplinar em 4 Câmaras (I – Políticas e Desenvolvimento de Territórios; II – Sociais, Culturas e Humanidades; III – Engenharia, Tecnologia e Gestão; IV- Saúde e Biológicas). Essa organização incrementou o processo anual de Avaliação de Propostas de Cursos Novos (APCN), permitindo agrupamento de revisores com maior acuidade nas interfaces interdisciplinares.

Destaque-se que as Câmaras sempre trabalharam de forma integrada, seguindo os mesmos critérios de análise e realizando plenárias únicas com a participação de consultores de todas as Câmaras, o que propicia uniformidade no processo avaliativo. Esta organização, além de garantir o caráter interdisciplinar, permite avaliar com equilíbrio inclusive propostas concentradas em interfaces entre as Câmaras.



Figura 1 - Evolução do número de propostas de cursos novos, por ano (2011-2023), recebidas pela Área Interdisciplinar¹.

A Figura 2 apresenta o histórico de propostas de cursos novos aprovados pela CAPES. Pode-se observar uma diminuição acentuada nesse número a partir de 2015, com tendência de permanência em patamar inferior ao histórico da Área. Dentre os fatores diagnosticados, ressalta-se a não observância, por parte das Instituições proponentes, aos critérios mínimos definidos pela Área, como expresso em seu documento de

¹ Fonte: Dados obtidos da Plataforma Sucupira, 2024.

orientações para elaboração de APCNs, bem como a proposição de Cursos em Áreas canônicas ou com perfil disciplinar. Além disso, muitos cursos submetidos apresentam similaridade e/ou sobreposição com cursos já existentes na instituição ao qual está vinculado ou em regiões próximas.

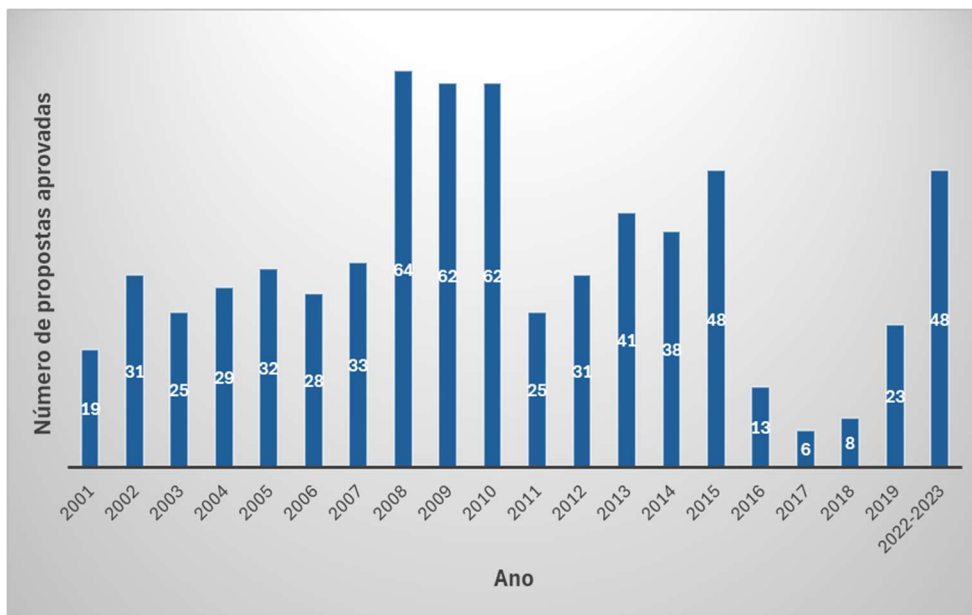


Figura 2 – Histórico do número anual de Cursos/Programas novos aprovados pela CAPES na Área Interdisciplinar entre 2001 e 2022-2023².

Seria isso: "Atualmente, a Área Interdisciplinar conta com 388 programas. Sua participação no Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), representando mais de 12% do total da CAPES, evidencia sua significativa contribuição para o desenvolvimento da Pós-Graduação no Brasil, além de ressaltar sua relevância dentro da própria CAPES.

Nas Figuras 3 e 4 são apresentadas as distribuições dos programas de Pós-Graduação da Área Interdisciplinar por Câmara Temática e por nota, respectivamente. Os cursos/programas em associação foram computados como um programa.

² Fonte: Dados obtidos da Plataforma Sucupira, 2024.

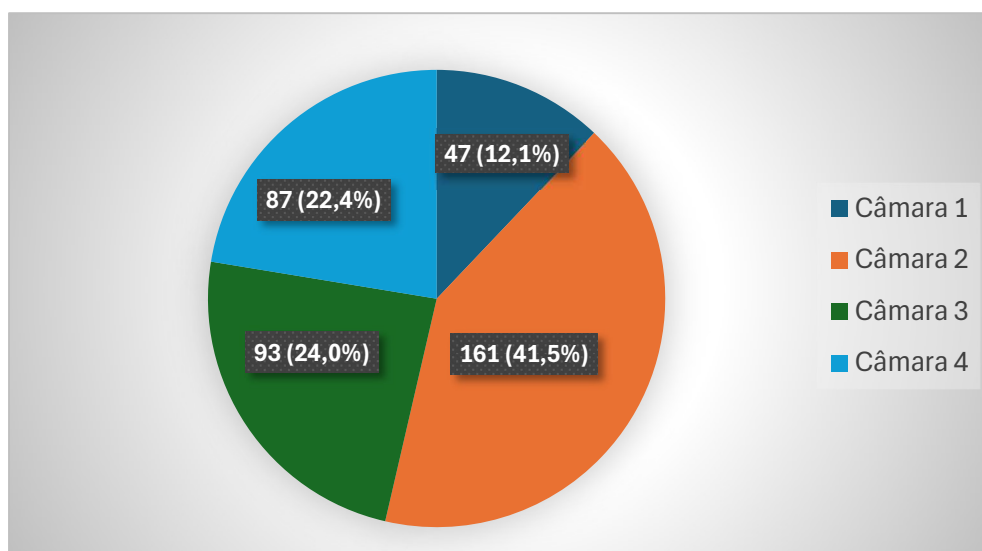


Figura 3 - Distribuição dos programas de Pós-Graduação da Área Interdisciplinar recomendados pela CAPES, por Câmara Temática³.

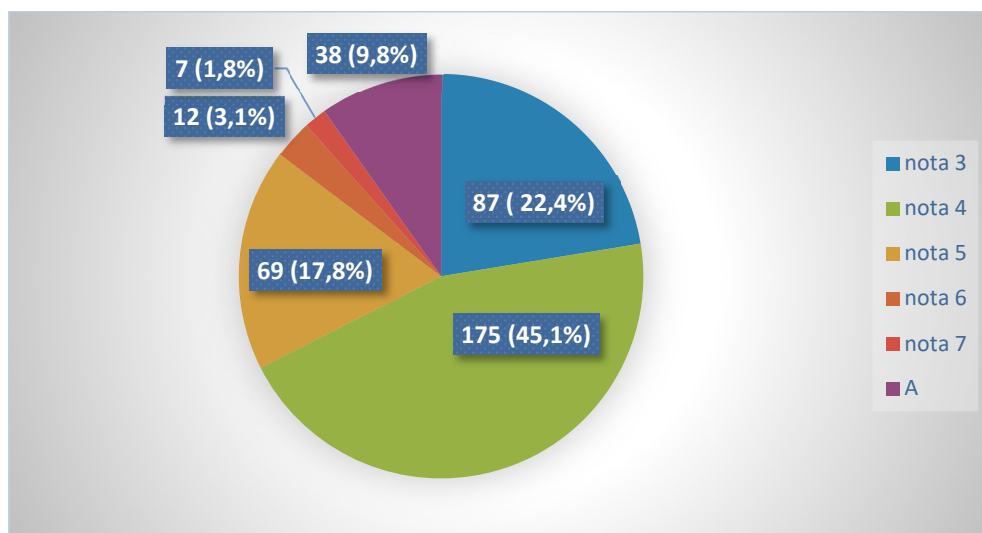


Figura 4 - Distribuição, por nota, dos programas de Pós-Graduação da Área Interdisciplinar recomendados pela CAPES⁴.

A evolução ao longo das cinco últimas avaliações dos programas de Pós-Graduação da Área Interdisciplinar, discriminada por nota, é apresentada na Figura 5, para os Programas Acadêmicos, e na Figura 6, para os Programas Profissionais. Os Cursos/Programas em associação foram computados como um Programa.

³ Fonte: DAV/CAPES, 10/04/2024.

⁴ Fonte: DAV/CAPES, 10/04/2024.

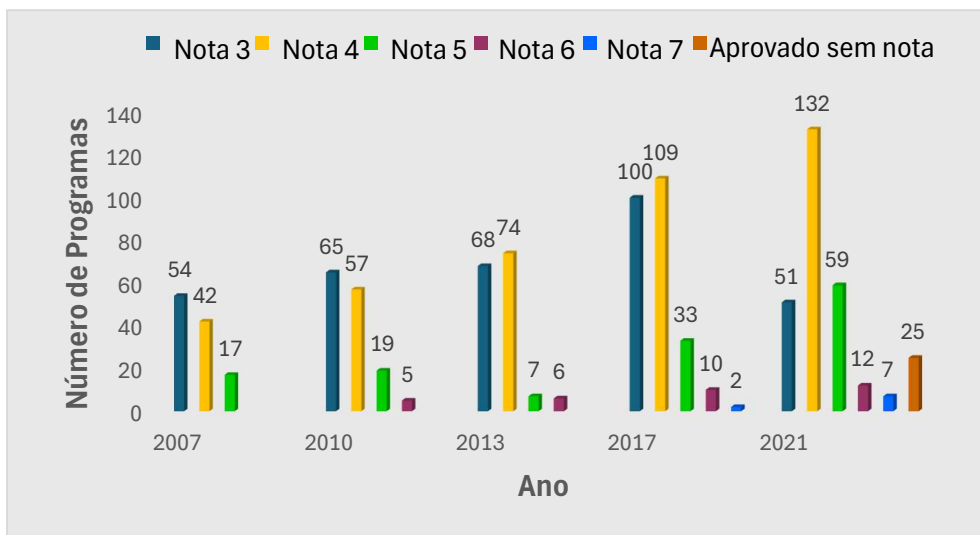


Figura 5 – Evolução das notas dos Programas Acadêmicos nas cinco últimas avaliações⁵.

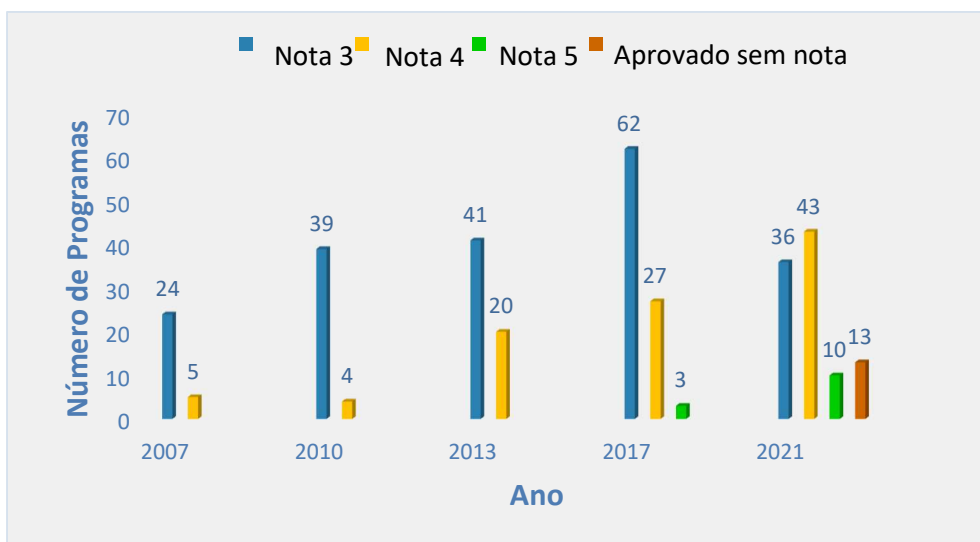


Figura 6 - Evolução de notas dos Programas Profissionais nas cinco últimas avaliações⁶.

Na Figura 7, mostram-se a abrangência e o alcance dos Programas de Pós-Graduação da Área Interdisciplinar em funcionamento, presentes em todos os estados brasileiros, segundo os dados da Plataforma Sucupira de 10/04/2024. Para os Cursos/Programas em associação, as instituições participantes foram computadas separadamente.

⁵ Fonte: Relatórios de avaliação trienal/quadrinial.

⁶ Fonte: Relatórios de avaliação trienal/quadrinial.

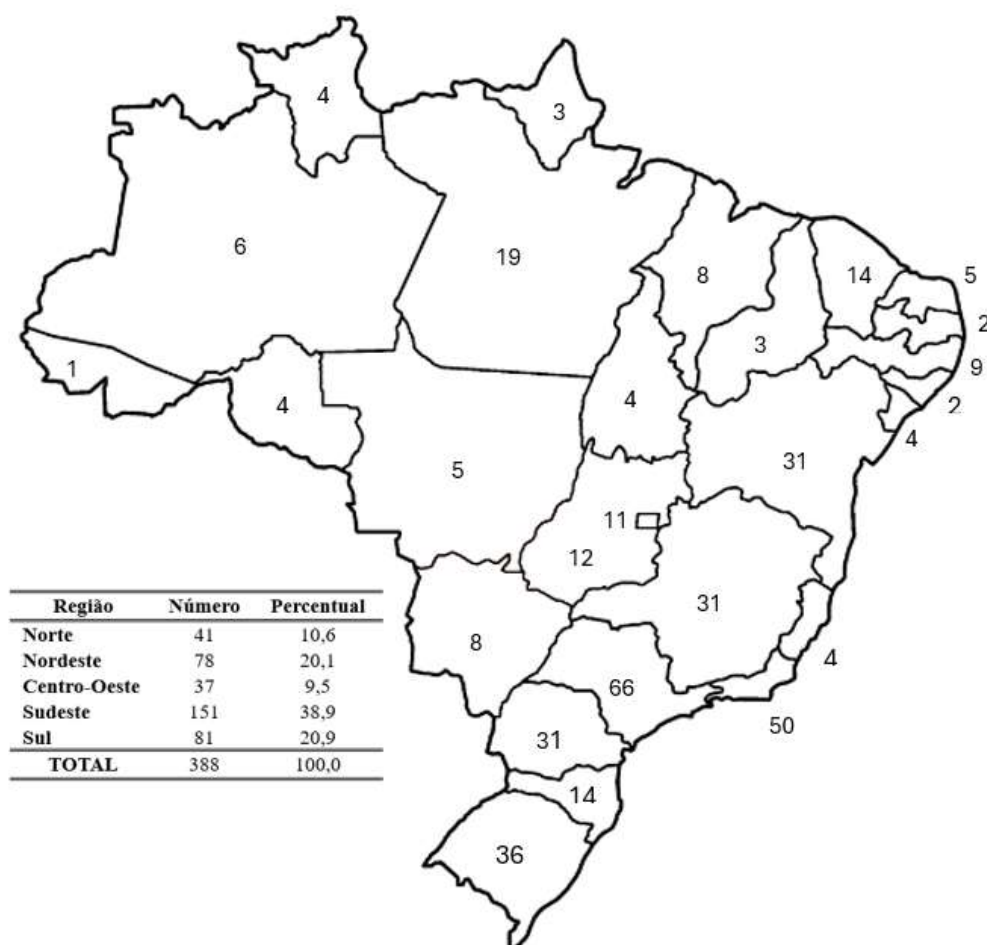


Figura 7 – Distribuição dos Programas de Pós-Graduação da Área Interdisciplinar, por estado da Federação⁷.

As Figuras 8 e 9 mostram a distribuição dos cursos/programas acadêmicos e profissionais, respectivamente, por região do país segundo os dados da Plataforma Sucupira de 10/04/2024.

⁷ Fonte: Plataforma Sucupira, 10/04/2024. A tabela inserida mostra o número absoluto e percentual de programas por região geográfica brasileira.

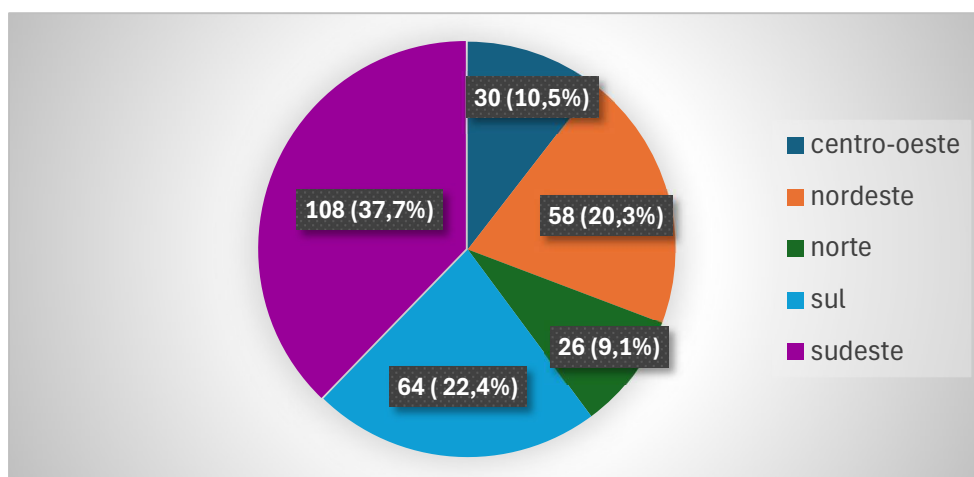


Figura 8 – Distribuição dos programas acadêmicos por região⁸.

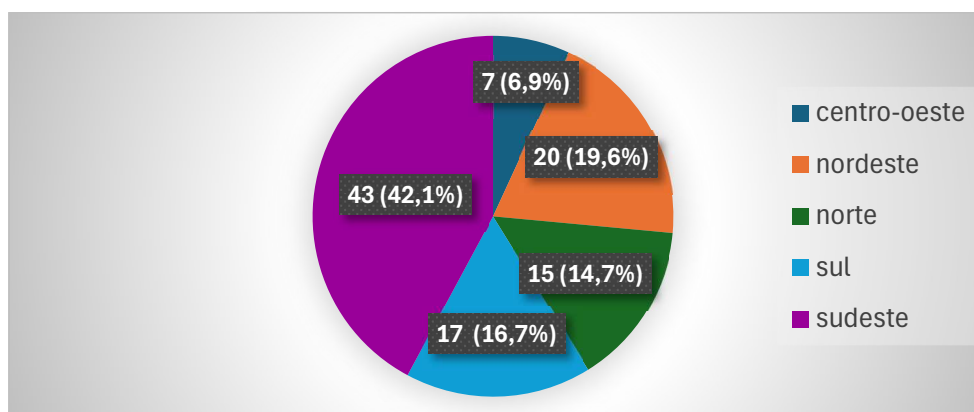


Figura 9 – Distribuição dos programas profissionais por região⁹.

A Figura 10 mostra o número de Programas de Pós-Graduação em funcionamento, por modalidade. Os Cursos/Programas em associação foram considerados como um Programa.

⁸ Fonte: Dados obtidos da Plataforma Sucupira, 2024.

⁹ Fonte: Dados obtidos da Plataforma Sucupira, 2024.

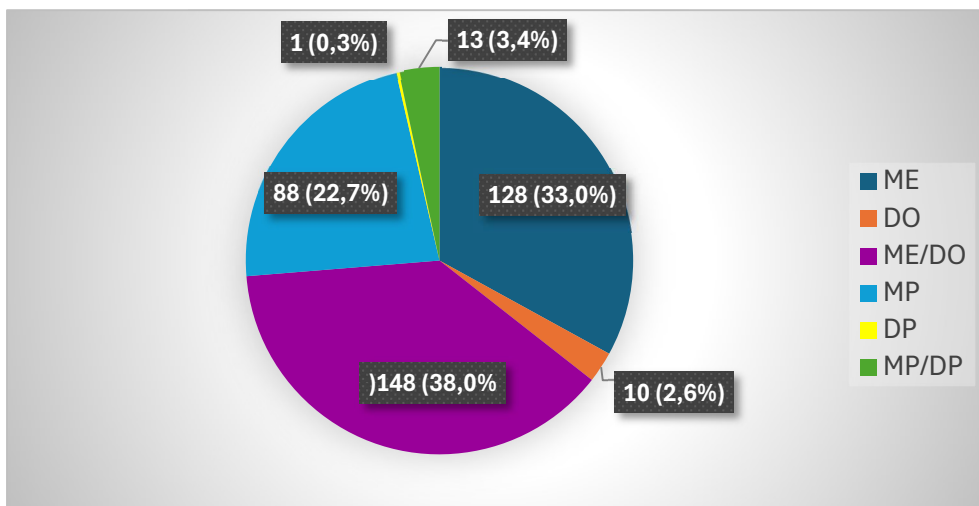


Figura 10 – Distribuição atual dos Programas de Pós-Graduação stricto sensu em funcionamento na Área Interdisciplinar. ME: mestrado acadêmico; DO: doutorado acadêmico; ME/DO: mestrado e doutorado acadêmicos; MP: mestrado profissional; DP: doutorado profissional; MP/DP: mestrado e doutorado profissionais¹⁰.

1 ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS PROGRAMAS

Os Programas de Pós-Graduação (PPGs) já consolidados na Área apresentam desempenho equivalente aos de Centros Interdisciplinares Internacionais de excelência. Algumas temáticas desses Programas podem ser capazes de gerar projetos de pesquisa conjuntos de nível internacional e evoluir no ecossistema de inovação científica. Inserem-se nesse contexto pesquisas voltadas às dinâmicas sociais e culturais, estudos de gênero e diversidade, direitos humanos, processos históricos e memória, desigualdades sociais, modelagem computacional e a computação aplicada, os estudos do envelhecimento humano, a vigilância sanitária, a informática na educação, a política científica e tecnológica, as políticas públicas, a ecologia aplicada, o agronegócio, o desenvolvimento rural, desenvolvimento sustentável.

1.1 Inovações, transformações e propostas

A análise do Colegiado da Área Interdisciplinar – composto pelo Coordenador Geral, o Coordenador Adjunto de Programas Acadêmicos, o Coordenador Adjunto de Programas Profissionais, além dos Coordenadores Gerais das quatro Câmaras Temáticas e seus respectivos Coordenadores Adjuntos Acadêmicos e Profissionais, totalizando 15

¹⁰ Fonte: DAV/CAPES 10/04/2024.

membros – oferece uma visão detalhada sobre a trajetória e as perspectivas futuras da Área.

Essa avaliação abrange desde as ações desenvolvidas desde novembro de 1999 até a gestão, caracterização dos PPGs, seu crescimento numérico e seu posicionamento frente aos demais órgãos avaliativos e de fomento da CAPES. A partir dessa análise, surgem propostas inovadoras para o fortalecimento da interdisciplinaridade e o aprimoramento das estratégias da Área, sempre com o objetivo de formar profissionais altamente qualificados, capazes de contribuir para o desenvolvimento do país.

Atualmente, a Área possui uma dimensão expressiva, com 388 programas, o que torna o processo avaliativo uma tarefa desafiadora. Para garantir a preservação das características interdisciplinares dos PPGs, a organização em Câmaras Temáticas é cuidadosamente planejada, assegurando um modelo de avaliação criterioso e alinhado à diversidade da Área.

Tentando sanar potenciais dificuldades, o processo avaliativo passa por etapas envolvendo plenárias dos consultores no âmbito da Câmara, seguida de plenárias gerais envolvendo os consultores das quatro Câmaras e todo o Colegiado da Área. Este processo, por ocasião das avaliações de APCNs e Quadrienal, envolve, em média, duas centenas de consultores, por duas semanas consecutivas.

A Área Interdisciplinar também se destaca como um espaço de experimentação para novas conexões entre diferentes campos do conhecimento, favorecendo tanto a criação de abordagens teórico-metodológicas inovadoras quanto o avanço de práticas em pesquisa, inovação, ensino e extensão. Essa tendência deve continuar a evoluir e se fortalecer nos próximos anos.

A institucionalização da Ficha de Avaliação 2017-2020 teve um papel essencial na indução de melhores práticas de formação profissional, incentivando políticas de acompanhamento da inserção social e econômica dos egressos – aspecto central para fortalecer a conexão dos PPGs com os diversos setores da sociedade. Além disso, estimulou a intensificação das práticas de produção de conhecimento, alinhadas ao desenvolvimento ecossocioeconômico tanto regional quanto nacional. Com um peso ampliado para o item Programa, a Ficha de Avaliação permitiu uma compreensão mais aprofundada e precisa do perfil interdisciplinar de cada PPG, destacando suas interseções com metodologias e estratégias inovadoras em pesquisa, ensino e extensão, e evidenciando sua aderência à Área.

Uma estratégia para promover um desenvolvimento mais integrado e coeso dos PPGs Interdisciplinares, especialmente aqueles com temáticas e metodologias afins, seria a identificação de campos de convergência interdisciplinar entre os Programas. O estímulo a essas conexões, por meio de fomentos direcionados, poderia viabilizar a formação de redes organizadas de intercâmbio de experiências e conhecimentos, ampliando seu impacto na resolução de desafios complexos em níveis regional e nacional.

1.2 Planejamento dos Programas da Área no contexto das Instituições de Ensino Superior

A Área Interdisciplinar considera como positiva e relevante a inserção do planejamento estratégico dos PPGs no contexto das Instituições de Ensino Superior (IES), como observado no quesito Programa da Ficha de Avaliação (2017-2020). O diálogo constante entre os objetivos e a inserção social, cultural e econômica dos PPGs e os documentos norteadores da sua IES, como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) (ou equivalente), é um elemento de constante renovação e redirecionamento de suas práticas.

É de fundamental importância para um Curso/Programa, que o planejamento faça parte dos propósitos atuais e futuros, sejam eles referentes à expansão, consolidação, inovação ou gestão de sua IES. É salutar que o PPG seja uma peça importante da engrenagem que constitui sua IES. Ao ser visto como parte do planejamento da IES, o PPG se faz conhecido e reconhecido nas diferentes instâncias institucionais. Essa visibilidade interna propicia com o decorrer do processo e do tempo um reflexo na visibilidade externa.

1.3 Autoavaliação como parte da avaliação dos Programas

A Área Interdisciplinar considera positiva a adoção da autoavaliação como parte da avaliação dos PPGs, quer seja no processo de acompanhamento ou de elaboração de um APCN. Atualmente esse quesito é necessário, de natureza obrigatória e deve passar por uma reflexão ampla dos integrantes do corpo docente do APCN, visando traçar objetivos e metas a serem monitorados, desde sua concepção atrelando a missão e visão descritas para o programa. Historicamente, tem estimulado a autoavaliação por meio de diversas estratégias. Uma primeira forma foram as reuniões de acompanhamento.

A partir de 2004, instituiu reuniões de acompanhamento com os Coordenadores dos Programas, que receberam o nome de ReCoPI (Reunião de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação da Área Interdisciplinar). Naquelas reuniões foi empregada dinâmica semelhante à utilizada pela Área em suas atividades de avaliação, com reuniões setoriais no âmbito das Câmaras Temáticas e reuniões plenárias envolvendo todos os participantes. As ReCoPI contribuíram para o aprimoramento dos critérios de avaliação, consistindo em oportunidade para o debate sobre a Pós-Graduação e a Área Interdisciplinar.

As reuniões setoriais e as discussões nos grupos de trabalho formados durante as ReCoPI levaram a intercâmbios frutíferos como, por exemplo, a criação de associações/entidades com foco comum. Uma vez que a Área concentra o maior número de Mestrados Profissionais (MP), as ReCoPIs serviram como importante ambiente de discussão desta modalidade e contribuíram para a nucleação de encontros de Mestrados

Profissionais. A partir de 2014, a ReCoPI passou a ser denominada Reunião de Acompanhamento.

As Câmaras Temáticas da Área Interdisciplinar têm incorporado, na medida do possível, as sugestões provenientes das discussões nessas reuniões. Portanto, se tornaram um instrumento fértil para o desenvolvimento de um processo, embrionário, de autoavaliação dos PPGs e fundamental para uma autorreflexão sobre os rumos da área e eventuais ajustes nos critérios avaliativos da quadrienal.

A formalização da autoavaliação como um item obrigatório na nova Ficha de Avaliação, no requisito Proposta do Programa, poderá, potencialmente, fortalecer o processo de autorreflexão de cada programa e da Área como um todo. As orientações contidas no documento elaborado pelo GT de Autoavaliação dos Programa de Pós-Graduação dão ênfase à dinâmica de intersecção entre formação, produção intelectual e impacto social, num processo que deve envolver professores, discentes, gestão do programa, técnicos e representantes da comunidade externa na definição de seus objetivos, metas e metodologia.

O processo mais sistematizado de autoavaliação que cada PPG terá de desenvolver poderá incrementar a democracia interna, estimular a autocompreensão dos limites e potencialidades de cada Programa, auxiliar o fortalecimento dos laços com a comunidade interna e externa, bem como estabelecer padrões avaliativos e metas futuras mais consistentes com a realidade local, regional e nacional.

A autoavaliação também permitirá, seja nas Reuniões de Acompanhamento, seja na Avaliação Quadrienal, uma percepção mais evidente, pela Área, de problemas e questões emergentes. Além disso, vislumbra-se o desenvolvimento de parâmetros mais adequados, podendo concretizar, futuramente, a ambição de definição de critérios multidimensionais, que permitirão uma avaliação mais rigorosa, mais precisa e também mais completa e plena.

1.4 Atuação e experiência do corpo docente permanente (DP)

A dimensão, qualificação, dedicação e composição multidisciplinar do corpo docente, bem como a infraestrutura e o apoio institucional precisam ser destacados nos documentos encaminhados pelos PPGs, uma vez que constituem itens essenciais para o sucesso de um Programa.

A proposta de um Programa na Área Interdisciplinar deve contar com corpo docente disposto a ampliar as fronteiras do conhecimento, desenvolver tecnologia e promover inovação. Para tanto, o corpo docente deve ter experiência, competência e produtividade nas respectivas especialidades, com ciclo formativo/atuação disciplinar diversificada, porém, coerente com as áreas de concentração e linhas de pesquisa e atuação do programa. É essencial que o corpo docente possa contribuir para ampliar a base do

conhecimento fora de suas áreas de especialização, visando aprofundar processos de cooperação produtivos e formação interdisciplinar.

O número de docentes do corpo permanente com tempo integral à Instituição, deve ser compatível com as atividades diretamente relacionadas ao Programa. Para tanto, deve-se considerar o número de alunos e orientandos previstos, bem como as demandas curriculares de orientação e de pesquisa. Deverá haver distribuição equitativa da carga horária de ensino, pesquisa, extensão e inovação entre o corpo docente permanente, em cada ano base, em atendimento a Portaria CAPES/MEC vigente.

O corpo docente permanente deve ter capacidade de estabelecer colaborações técnico-científicas entre os docentes por meio de projetos interdisciplinares compartilhados, vinculados à proposta, intercâmbios entre grupos de pesquisa, com agências de governo e empresas nacionais e internacionais, no âmbito dos objetivos do Programa. A capacidade de desenvolver atividades ligadas à difusão científica e cultural junto ao grande público é outra característica que se espera do corpo docente.

Para o Curso de Mestrado, espera-se experiência docente em orientação de trabalhos de conclusão de Curso de Graduação, iniciação científica, especialização, ou Mestrado em outros Programas. Para a proposta de Programa com Doutorado espera-se maior experiência em relação ao corpo docente para uma proposta de Mestrado, especialmente no que se refere aos seguintes itens:

- a) maior tempo de titulação no Doutorado;
- b) experiência em orientação e/ou coordenação no Mestrado e Doutorado;
- c) coordenação de projetos de médio ou grande porte;
- d) trajetória de pesquisa;
- e) produção qualificada nas Linhas de Pesquisa da proposta;
- f) capacidade de atração de recursos para pesquisa e de estabelecimento de intercâmbios e colaborações nacionais e internacionais.

O corpo docente deve ser constituído, no mínimo, por 12 docentes permanentes. É fundamental que esses docentes estejam equilibradamente divididos entre as Linhas de Pesquisa e atuação, que precisam ter caráter integrado e integrador, com no mínimo 4 docentes por Linha.

O corpo docente total pode ser composto por até 30% de docentes colaboradores para propostas na modalidade acadêmica e até 40% para propostas na modalidade profissional. A atuação prevista para os docentes colaboradores deverá enriquecer o Programa proposto, contudo, o corpo docente permanente deverá ser capaz de dar sustentação à proposta.

Os docentes externos à Instituição, no quadro permanente, poderão compor, no máximo, 30% do total. Esses docentes devem ser cedidos formalmente pela instituição de origem, conforme a legislação vigente da CAPES. O documento de cessão deve

especificar a modalidade de atuação do docente (permanente, colaborador ou visitante), a carga horária semanal e não pode incluir condicionantes, como, por exemplo, "o docente atuará, caso a proposta seja aprovada...".

A dedicação exclusiva dos docentes permanentes ao Programa é de pelo menos 50%, com exceção dos programas de doutorado isolado em associação (acadêmico ou profissional), dos Programas em rede (associação em nível nacional semelhantes aos PPG inseridos no PROEB) e de propostas de Doutorados oriundos de Mestrados cuja maturidade é demonstrada por sua interdisciplinaridade e por sua avaliação discente;

Os docentes permanentes que não apresentarem dedicação exclusiva à proposta, poderão atuar em até 2 outros Programas ou APCN (outras propostas de novos programas em avaliação), além da Proposta em análise, independente da modalidade dos demais Cursos/Programas (acadêmico, profissional, presencial ou EaD).

A dedicação dos docentes permanentes ao Programa é de, pelo menos, 15 horas semanais, sendo que a maioria deverá apresentar contrato em tempo integral (40 horas) com a Instituição.

Os docentes, para uma proposta acadêmica, deverão apresentar, em sua totalidade, a titulação de doutor.

O corpo docente de uma proposta profissional deve ser integrado, de forma equilibrada, por doutores, profissionais e técnicos, com experiência em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à inovação. Ressalta-se que a participação de não doutores está limitada a 20% do corpo docente total, sendo que este limite poderá ser preenchido somente por profissionais com reconhecido destaque profissional na Área do Programa, informação esta que deverá estar presente e justificada na proposta.

O grupo de docentes permanentes deve apresentar composição adequada, considerando-se que os objetivos do Curso devem estar contemplados pela formação de origem e correspondente titulação dos docentes, bem como pelas respectivas trajetórias de estudo e pesquisa, consubstanciadas em sua produção intelectual. No caso de um Mestrado e/ou Doutorado profissional, deve-se descrever a experiência profissional do corpo docente na área foco da proposta.

Quanto à formação ou titulação acadêmica, a composição do corpo docente permanente deve atender os seguintes critérios:

- a) até 60% do corpo docente permanente (DP) da proposta pode ter formação ou titulação em Áreas disciplinares abrangidas por outra Área de Avaliação, diferente da Interdisciplinar;
- b) até 80% do corpo docente permanente (DP) da proposta pode ter formação ou titulação em uma única Grande Área, diferente da Multidisciplinar.

As Grandes Áreas são: Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Engenharias, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas e Linguística/Letras e Artes.

1.5 Visão da Área sobre a modalidade de Ensino à Distância

A Área Interdisciplinar, tendo em vista as especificidades e o rigor da construção do conhecimento interdisciplinar e o processo de discussão e aprofundamento dos critérios para cursos novos na modalidade à distância, considera que esses precisam justificar um avanço científico/tecnológico significativo na temática proposta para serem implementados.

Nesse cenário, visando garantir a qualidade da formação do Mestre ou do Doutor equivalente à dos titulados na modalidade presencial, os cursos novos de Pós-Graduação *stricto sensu* à distância, além de contemplar os requisitos gerais presentes na legislação vigente da CAPES, deverão satisfazer requisitos complementares estabelecidos pela área, dentre eles:

a) Os Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* oferecidos à distância obedecerão às regras e exigências de autorização, reconhecimento e renovação estabelecidas na legislação vigente;

b) A IES proponente deve exibir experiência consolidada de oferta de cursos em nível de graduação à distância, por pelo menos 10 anos, com Índice Geral de Cursos (IGC) igual ou superior a 4 (quatro);

c) A instituição proponente deve exibir experiência consolidada de oferta de Curso em nível de Mestrado e Doutorado *stricto sensu* presencial na área da proposta, exibindo nota igual ou superior a quatro em sua avaliação quadrienal mais recente;

d) Os docentes que compõem a proposta devem exibir experiência consolidada em ensino na modalidade à distância, em nível de graduação para proposta de curso de Mestrado, e em nível de Mestrado *stricto sensu*, no caso de proposta de curso de Doutorado (Doutorado, conforme legislação vigente, somente poderão ser solicitados e aprovados após o início do curso de mestrado e esse passar por um ciclo completo de avaliação);

e) As atividades de desenvolvimento da investigação científica em laboratórios ou da pesquisa de campo devem ser realizadas de maneira presencial, com carga horária e qualidade comparáveis aos dos cursos presenciais;

f) O discente deve ter acesso presencial ao seu orientador, pelo menos quinzenalmente, na etapa de desenvolvimento de sua investigação científica, na instituição sede e/ou nos polos;

g) A Instituição proponente deve dispor de infraestrutura laboratorial e de pesquisa adequada para as atividades de investigação científica associadas às Linhas de Pesquisa da proposta, tanto na instituição sede como nos polos, em nível de qualidade comparável ao de cursos presenciais. Desta maneira, devem ser descritas as especificações técnicas da infraestrutura física da sede e dos polos (velocidade da internet do polo de apoio presencial; modelo de organização e disposição do ambiente virtual de ensino e aprendizagem; quantidades de computadores disponíveis nos polos; laboratórios para atividades presenciais nos termos da infraestrutura descrita no item 1.1. deste documento);

h) Os espaços administrativos e pedagógicos de coordenação, elaboração, difusão e recepção do curso devem dispor de infraestrutura tecnológica e de pessoal técnico qualificado que justifiquem plenamente a execução da modalidade de Pós-Graduação EaD, a saber:

- I. Laboratórios de geração de conteúdos didáticos com disponibilidade de equipamentos, rede e comunicação via internet, videoconferência, com estabilidade e velocidade de acesso para o desenvolvimento das comunicações plenas, rede sem fio, adequação do espaço físico, hardware e software atualizados e programa de avaliação periódica de adequação, qualidade e pertinência. Normas de funcionamento, utilização e segurança, conforto ambiental, manutenção periódica e serviços de apoio técnico e avaliação periódica quanto às demandas, aos serviços prestados e à qualidade desejada (Procedimentos Operacionais Padrão);
- II. Equipe multidisciplinar que apoia os docentes na construção do sistema de ensino e aprendizagem de EaD como um todo, e seus diferentes elementos instrucionais, tais como a elaboração do ambiente virtual de aprendizagem, a elaboração dos materiais, entre outros aspectos relevantes;
- III. Equipe de apoio para a implementação e manutenção da tecnologia de ensino à distância, tais como o ambiente virtual de aprendizagem e sistemas de comunicação;

i) Fundamentalmente, na proposta do curso, deve haver a obediência aos requisitos já relacionados pela Área Interdisciplinar e demais legislações vigentes da CAPES para os programas de PG *stricto sensu* presenciais;

j) Deve haver manifestação consubstanciada dos proponentes e dos dirigentes da IES que justifique o uso da modalidade EaD em contraposição à modalidade presencial na Área Interdisciplinar, tendo como base as premissas de expansão do conhecimento para a formação científica, de docência ou capacitação profissional desejadas;

l) Deve ser demonstrada a demanda específica de estudantes e profissionais com dificuldade de formação na Área por cursos presenciais em sua região, bem como, da

mesma forma que ocorre para os programas presenciais, deve haver discriminação e contextualização da importância da proposta para o contexto social e das regiões a serem atendidas. Além disso, deve ser explicado como o curso alterará a formação de pessoas de forma a promover o desenvolvimento socioeconômico;

m) A proposta deverá prever e explicitar como será realizada a capacitação dos docentes e técnicos que estarão envolvidos na implantação do curso e na execução das suas atividades. Caso sejam declarados capacitados, isso deverá ser formalmente documentado;

n) A descrição das formas e qualificações da tutoria: tipos (devem ser usadas tutorias presenciais e à distância); exigência de qualificação de 100% dos tutores ao nível de doutorado no caso da modalidade acadêmica, e de ao menos 80% de doutores nos da modalidade profissional; discriminação da carga horária dedicada ao curso pelos tutores; mecanismos de qualificação e treinamento dos tutores nas ferramentas da plataforma escolhida e nas diretrizes pedagógicas do curso. Destaca-se que os tutores serão considerados os docentes do programa, devendo atender a todos os requisitos da área não explícitos neste item e à legislação vigente;

o) Caso haja proposta de associação entre IES, o número de IES envolvidas deve ser justificado tendo como base as necessidades apresentadas relativas à demanda de estudantes e profissionais nas regiões atendidas e, principalmente, pelas condições estruturantes necessárias e suficientes para oferecer um curso de qualidade acadêmico-científico, com plena assistência docente e focado nos objetos de formação desejados.

p) A descrição precisa das especificações técnicas da parte pedagógica: dos materiais didáticos, virtuais e impressos; das atividades pedagógicas, regulares e complementares; dos recursos didáticos, fóruns e chats, vídeos, encontros presenciais contínuos, biblioteca virtual, web conferências, gráficos, mapas, fotos, dentre outros;

q) A descrição de modelos de avaliação, presenciais, à distância, interativas, modalidades de atividades práticas, atividades de campo com orientação presencial;

r) A apresentação do plano de desenvolvimento das disciplinas obrigatórias na sua integralidade para fins de avaliação;

s) A proposta deve especificar os modelos cognitivos de ensino e práticas pedagógicas que serão empregados em cada disciplina;

t) A previsão de defesa presencial nessa modalidade *stricto sensu*.

1.6 Visão da Área sobre a modalidade profissional

A Área Interdisciplinar tem o maior número de Mestrados Profissionais entre as diversas Áreas de Conhecimento da CAPES. Estes Programas apresentaram, ao longo de

sua história, uma importância significativa na construção de novas pontes com o setor produtivo, com os setores organizados da sociedade civil, trazendo, nas interfaces de diferentes áreas do saber, novas formas de produção, disseminação e transferência do conhecimento, inovações científicas e tecnológicas, possibilidades de formação profissional, estabelecimento de novas dinâmicas de políticas públicas, estratégias de preservação da memória e patrimônio, desenvolvimento de novas tecnologias e práticas educacionais interdisciplinares, entre outras.

Neste sentido, a legislação vigente na temática que instituiu, no âmbito da Pós-Graduação *stricto sensu*, a modalidade do Doutorado Profissional, como complementação ao existente mestrado profissional, parece consolidar a realidade vivenciada nos Mestrados Profissionais da Área Interdisciplinar, uma vez que estabelece os objetivos de:

- a) atender demandas sociais, organizacionais ou profissionais e do mercado de trabalho;
- b) transferir conhecimento para a sociedade, atendendo demandas específicas e de arranjos produtivos com vistas ao desenvolvimento nacional, regional ou local;
- c) promover a articulação integrada da formação profissional com entidades demandantes de naturezas diversas, visando melhorar a eficácia e a eficiência das organizações públicas e privadas por meio da solução de problemas e geração e aplicação de processos de inovação apropriados.

Assim, o Doutorado Profissional pode representar uma nova oportunidade para a expansão e consolidação da Pós-Graduação brasileira, incluindo a Área Interdisciplinar. No entanto, é crucial ressaltar a atenção dada, desde a primeira avaliação dos APCNs de Doutorado Profissional pela Área Interdisciplinar, ao rigoroso cumprimento dos critérios de qualidade estabelecidos e ao acompanhamento contínuo desses novos Programas. Esse cuidado é fundamental, considerando a relevância dessa experiência para o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG).

Também é importante evidenciar que os Doutorados Profissionais, segundo a legislação vigente, compreendem todas as Áreas do saber em suas interfaces presentes nas quatro Câmaras Temáticas da Área, estendendo-se para todos os campos do setor produtivo e da sociedade civil que, no processo de solucionar problemas complexos, requerem o aporte e desenvolvimento de estratégias de produção de conhecimento e processos formativos interdisciplinares.

Observe-se que apesar de, idealmente, os programas profissionais terem por característica a busca de financiamento para suas atividades, seria de grande importância a abertura de novas fontes de fomento para esta modalidade, visando o estímulo ao seu fortalecimento e considerando sua importância estratégica para o desenvolvimento, local, regional e nacional.

1.7 Visão da Área Interdisciplinar sobre formas associativas

A Área Interdisciplinar considera como positivas as formas associativas desde que sigam os requisitos gerais expostos para as referidas categorias e as especificidades constantes na legislação em vigor da CAPES.

A Área entende que as formas associativas podem ocorrer interinstitucionalmente (Programas em associação) e intrainstitucionalmente (Programas multicampi). Ambas as formas de associação precisam ser anuídas, acompanhadas e avaliadas pela Área. Independente da forma de associação, é importante que o PPG detalhe os critérios referentes a infraestrutura onde a turma será ofertada, bem como o corpo docente presente, visto que estes dois aspectos são essenciais para a avaliação da sustentabilidade do programa.

A abertura de turmas em diferentes instituições associadas ou diferentes campi da mesma instituição estará condicionada a capacidade de orientação do corpo docente local e sua infraestrutura para executar as atividades formativas do programa, sem gerar prejuízo no processo de aprendizagem dos alunos.

Será necessário estar evidenciado no regimento do PPG o seu funcionamento em associação e/ou multicampi, bem como se dará o processo de interação entre os diferentes pontos focais do programa, incluindo se haverá necessidade de compartilhamento de infraestrutura e corpo docente. No caso da necessidade de compartilhamento, o PPG deverá deixar claro como este processo será viabilizado.

A Área entende que a forma associativa entre diferentes instituições tem como propósito agregar pontos fortes, visando promover a oferta de Programas de Pós-Graduação de qualidade. Quanto aos Programas multicampi, a Área entende ser uma oportunidade para o processo de redução de assimetrias, fazendo uso da capilaridade das IES para promover a interiorização da Pós-Graduação. Desta forma, abre-se uma importante possibilidade de constituição e consolidação de equipes de pesquisa interdisciplinares e intra/interinstitucionais, com eventual potencialização do uso de recursos por meio do compartilhamento da infraestrutura de pesquisa.

1.8 A interdisciplinaridade na Área

A importância da introdução da Área Interdisciplinar no contexto da Pós-Graduação brasileira, em 1999, decorreu dos problemas que emergiram no mundo contemporâneo, de diversas naturezas e com diferentes níveis de complexidade, frequentemente resultantes, inclusive, do próprio avanço dos conhecimentos científicos e tecnológicos.

A natureza complexa de tais problemas requer diálogos não só entre disciplinas próximas, dentro da mesma Área do Conhecimento, mas entre disciplinas de outras Áreas de Conhecimento, bem como entre saberes disciplinares e não disciplinares. Daí a

relevância de novas formas de produção de conhecimento e formação de recursos humanos, que assumam como objeto de investigação fenômenos que se colocam em fronteiras disciplinares. Diante disso, desafios teóricos e metodológicos se apresentam para diferentes campos de saber.

Novas formas de produção de conhecimento enriquecem e ampliam o campo das ciências, pela exigência da incorporação de uma racionalidade mais ampla, que extrapola o pensamento estritamente disciplinar e sua metodologia de compartimentação e redução de objetos e cenários de investigação. Se o pensamento disciplinar, por um lado, pode conferir avanços à Ciência e Tecnologia, por outro, os desdobramentos oriundos dos diversos campos do conhecimento são geradores de diferentes níveis de complexidade e requerem diálogos mais amplos, entre e além das disciplinas.

Nos últimos anos, a CAPES tem envidado esforços para a difusão, entre todas as Coordenações de Área, dos princípios e metodologias da Área Interdisciplinar e da necessidade da abertura das demais Áreas para que abriguem Programas Interdisciplinares em suas interfaces. Estas discussões permearam várias reuniões do Conselho Técnico Científico da Educação Superior nos últimos anos, enfatizando sempre estes novos paradigmas de geração de conhecimento e formação de recursos humanos.

Nesta mesma linha, a CAPES promoveu em sua sede, no período de 27 a 29 de novembro de 2012, o evento “Encontro Acadêmico Internacional: Interdisciplinaridade e Transdisciplinaridade no Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação, Ambiente e Saúde”. Para este evento foram convidados todos os Coordenadores de Áreas da CAPES, Pró-Reitorias de Pós-Graduação e Coordenadores de Programas de Pós-Graduação.

Na medida em que os pensamentos disciplinar, pluri, multi e interdisciplinar, antes de se oporem, constituem-se em formas diferenciadas e complementares de geração de conhecimentos, o desafio que se apresenta, do ponto de vista epistemológico, é o de identificar características e âmbitos de atuação de cada uma dessas modalidades de geração de conhecimento nas diferentes áreas, assim como as suas possibilidades e limites.

A multidisciplinaridade representa um avanço no tratamento de um dado problema de investigação complexo porque pressupõe a interlocução de várias perspectivas teórico-metodológicas. Entende-se por multidisciplinar o estudo que agrega diferentes áreas do conhecimento em torno de um ou mais temas, no qual cada área ainda preserva sua metodologia e independência.

A interdisciplinaridade, por sua vez, pressupõe uma forma de produção do conhecimento que implica trocas teóricas e metodológicas, geração de novos conceitos e metodologias e graus crescentes de intersubjetividade, visando a atender a natureza múltipla de fenômenos complexos. Entende-se por Interdisciplinaridade a convergência de duas ou mais áreas do conhecimento, não pertencentes à mesma classe, que contribua para o avanço das fronteiras da ciência e tecnologia, transfira métodos de uma

área para outra, gerando novos conhecimentos ou disciplinas e faça surgir um novo profissional, com um perfil distinto dos existentes, com formação básica sólida e integradora, capaz de compreender e solucionar os problemas cada vez mais complexos das sociedades modernas.

A Área Interdisciplinar considera que este tópico permeia todo seu documento orientador de APCN, visto que se trata da área que recomenda, acompanha e avalia os Programas Interdisciplinares. Entendemos que o conceito de uma Pós-Graduação Interdisciplinar pode estar presente em todas as áreas de avaliação da CAPES, na qual os Programas estão concentrados com seus semelhantes para auxiliar no processo de avaliação e amadurecimento dos programas. Por isso, ao elaborar uma proposta para um novo Programa ou Curso, é fundamental verificar se o tema em questão realmente se configura como uma área de estudo, pesquisa e formação interdisciplinar, que não se encaixa em nenhuma outra Área de Avaliação da CAPES. Essa análise deve ser realizada desde a fase de elaboração da proposta, garantindo sua consonância com a missão e a visão estabelecidas para o programa, além de alinhar-se ao perfil do egresso desejado.

A interdisciplinaridade se baseia na integração de duas ou mais Áreas de Conhecimento, trabalhando nas interfaces das Áreas, portanto, as propostas devem apresentar de forma a evidenciar como isso irá ocorrer por meio da descrição de seus objetivos, Área de Concentração, Linhas de Pesquisa/atuação, estrutura curricular, projetos de pesquisa integradores e perfil do egresso.

Para auxiliar no processo de construção do conhecimento interdisciplinar, a Área apresenta algumas características que são essenciais, como a diversidade das Áreas de formação/atuação do corpo docente, a construção e execução de disciplinas com dois ou mais docentes com diferentes formações ou experiências profissionais, projetos de pesquisas integradores, com a participação de docentes e discentes de diferentes Áreas de formação/atuação e valorização da coautoria.

1.9 Visão da Área sobre Processos Híbridos de Ensino e Aprendizagem (PHEA)

A Área de Avaliação Interdisciplinar da CAPES considera desejável que os PPGs vinculados a esta Área estejam em constante atualização, fazendo uso das novas tecnologias aplicadas ao processo de formação e de produção de conhecimento, visando sempre a integração do Programa com as necessidades da sociedade e com as especificidades dos territórios onde atuam. Esta integração deve compreender particularidades da missão do PPG e o perfil do seu público-alvo, permitindo ampliação da demanda ao programa, bem como maior integração do PPG em redes de formação e pesquisa, em âmbito nacional e internacional, fortalecendo a conexão com realidades locais e comunidades acadêmicas e sociais diversas. Uma das formas de propiciar este avanço é fazendo uso dos Processos Híbridos de Ensino e Aprendizagem (PHEA).

Como destaca o Conselho Nacional de Educação (CNE) do Ministério da Educação, em documento que versa sobre Diretrizes Nacionais Orientadoras para o desenvolvimento da Educação Híbrida e das práticas flexíveis do processo híbrido de ensino e aprendizagem no nível da Educação Básica, “a visão híbrida e flexível do processo educacional de ensino e aprendizagem não é novidade, mas foi ressignificada pela crescente conectividade, gerando maior acesso aos dispositivos tecnológicos. Com isso, foram possibilitados percursos curriculares diferenciados e maior dinâmica na mobilidade das relações e mediações entre professores e estudantes, destes entre si, entre sala de aula e outros ambientes da escola e o mundo, práticas que permitem articulações e interações mais efetivas, ampliadas e multidirecionadas” (p. 09).¹¹ Tais orientações reforçam a relevância de reconhecer contextos territoriais e comunitários como parte constitutiva das práticas pedagógicas.

Vale ressaltar que a educação híbrida não prescinde ou substitui as atividades presenciais de ensino e aprendizagem, mediadas pelos docentes, que são convidados a integrarem em suas práticas pedagógicas presenciais o uso de tecnologias digitais de informação e comunicação, oferecendo oportunidades de desenvolvimento de pedagogias ativas e promovendo vínculos com experiências situadas em contextos comunitários diversos. tais práticas convidam o discente a uma atuação mais criativa e autônoma, sempre sob a mediação e orientação docente.

A Área entende que o uso de PHEA pode ampliar o espaço do aprendizado e a possibilidade de construção do conhecimento por meio de práticas e de interações síncronas entre docentes e discentes, permitindo o aumento da capilaridade e alcance dos Programas, especialmente em estratégicas iniciativas de cooperação interinstitucional, ampliando conexões entre territórios e fomentando redes de conhecimento que valorizem especificidades regionais e comunitárias. esta perspectiva contribui para a redução de assimetrias, desde que se mantenha atenção permanente às desigualdades estritamente vinculadas às condições locais de acesso. Porém, os PHEA não podem ser confundidos com o Ensino à Distância, pois se configuram como abordagens estruturalmente distintas, a despeito da mediação tecnológica ser fundamental em ambos.

Os PHEA se constituem em um conjunto integrado de atividades mediadas por metodologias participativas e tecnologias educacionais, propiciando uma articulação criativa e inovadora com participação dos discentes, sempre mediado pelos docentes, em sintonia com realidades territoriais e com as demandas concretas dos contextos comunitários onde os programas se inserem.

O uso de metodologias e tecnologias deve favorecer a integração entre ambientes físicos e digitais, sem descaracterizar o caráter presencial, permitindo que os espaços de

¹¹ <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2022-pdf/244151-texto-referencia-educacao-hibrida-na-educacao-basica/file#:~:text=25.,de%20ensino%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica>

formação dialoguem tanto com a estrutura acadêmica quanto com ambientes comunitários relevantes para o processo formativo.

A implementação dos PHEA deve seguir as orientações da Área e respeitar as diretrizes da Instrução Normativa nº 2/2024 e de sua atualização pela Instrução Normativa nº 3/2025, que estabelecem parâmetros obrigatórios para os PPGs. Entre as diversas diretrizes, destaca-se: (1) vedação ao uso de atividades remotas assíncronas para o cômputo de carga horária didática; (2) impossibilidade de oferta de disciplinas integralmente remotas, bem como de percursos formativos realizados completamente a distância; e (3) exigência de que avaliações, atividades de laboratório, trabalhos de campo, vivências acadêmicas, cursos, palestras, atividades de extensão e seminários ocorram preferencialmente de forma presencial, preservando a convivência acadêmica, o diálogo formativo e a articulação com experiências territoriais e comunitárias essenciais ao processo educativo.

Os PPGs devem assegurar que os PHEA sejam incorporados, de forma explícita e documentada, ao projeto político pedagógico dos Cursos e, portanto, devidamente expresso em regimentos e normas internas que pressupõem sua utilização. Tais princípios e orientações devem estar disponíveis para acesso público e presentes nos relatórios de dados do programa. Ademais, estas ações devem ser apresentadas como item do planejamento estratégico e constantemente revistas em processo de monitoramento contínuo e autoavaliação dos PPGs, incluindo a análise das condições territoriais, comunitárias e de acesso que estruturam a participação discente. Espera-se, assim, que o uso dos PHEA propicie novos ambientes, agindo de forma transformadora, sem resultar em perda na qualidade do processo de formação e das pesquisas dos discentes, daí a necessidade de constante avaliação dessa estratégia no cotidiano do PPG.

Neste sentido, para a Área, ao incorporarem PHEA, os PPGs devem garantir que pelo menos 30 por cento das atividades formativas dos programas sejam realizadas presencialmente, ou seja, devem ocorrer no âmbito das estruturas físicas do PPG. A necessidade da realização das atividades formativas presenciais se faz importante com vistas a possibilitar aos discentes a integração ao contexto acadêmico, através da interação entre si e com os docentes, promovendo diálogos críticos e a construção de vínculos produtivos, essenciais para o processo de formação e que se fortalecem ainda mais quando articulados às realidades territoriais dos estudantes e às dinâmicas comunitárias que atravessam suas trajetórias.

Adicionalmente, a Área ressalta que uma das formas de estimular o senso de coletividade, de trocas e de aprendizagem crítica e dialógica que configura a formação acadêmica é por meio das disciplinas obrigatórias, as quais são desejáveis que sejam ministradas por docentes permanentes e que contem com a participação de todos os discentes do programa. A Área espera, portanto, que dentre as atividades presenciais estejam expressamente incluídos os componentes curriculares obrigatórios

Além disso, todas as disciplinas que compõem o projeto pedagógico do PPG e que envolvam laboratórios e pesquisas ou atividades de campo deverão ocorrer no formato presencial utilizando a infraestrutura disponibilizada pelo programa, potencializando a interação com contextos territoriais e comunitários específicos das áreas de pesquisa.

A Área considera que o uso dos PHEA pode contribuir para a formação de redes nacionais e internacionais e para redução de assimetrias territoriais, como dito anteriormente. Porém, é importante ressaltar que a utilização dos PHEA não pode gerar ou alimentar qualquer forma de segregação do acesso ao programa. Neste sentido, é necessário que os PPGs realizem, dentro de seu processo de autoavaliação, diagnóstico frequente sobre a utilização desta modalidade de atividades, pois a incorporação dos PHEA não deve gerar barreiras de acesso ou formas de exclusão. Os diagnósticos possibilitam identificar desigualdades decorrentes de condições territoriais, socioeconômicas ou laborais, assegurando que o uso de tecnologias amplie e não restrinja o acesso e a permanência na Pós-graduação. A expectativa da Área é que o uso dos PHEA contribua para o aumento do acesso à Pós-graduação e fortaleça vínculos com territórios e comunidades, ampliando oportunidades formativas para diferentes perfis de estudantes.

Por fim, é importante que todos os programas atendam às normativas vigentes no que se refere a este assunto, incluindo aquelas que porventura venham a ser publicadas posteriormente à publicação deste documento.

2 FORMAÇÃO E PRODUÇÃO INTELECTUAL

2.1 Perspectivas da Área sobre a formação e perfil de egressos

Há a necessidade de estabelecer a missão e a visão dos Programas atreladas à formação de recursos humanos e pesquisas que propiciem uma abordagem interdisciplinar as grandes questões descritas pela ciência e que sejam de abrangência local, regional, nacional e/ou internacional. Essa perspectiva propicia romper fronteiras do conhecimento estabelecendo um papel importante em questões econômicas e na qualidade de vida. A interdisciplinaridade impõe novas articulações na formação dos recursos humanos, gerando produção e disseminação de conhecimento de alto nível e essa premissa deve ser contemplada no perfil do egresso.

A Ficha de Avaliação da Quadrienal (2017-2020), propiciou a análise dos melhores produtos intelectuais que não foram apenas artigos em periódicos ou capítulos/livros, mas também produtos técnicos/tecnológicos ou dissertações/teses entre outros, que permitiram ter um panorama amplo e promissor da qualidade do que é gerado na Área Interdisciplinar por cada Programa. Essa escolha foi justificada pelo PPG, que realizou uma análise interna para selecionar os produtos, com base no perfil do egresso desejado e nas suas características. Essa análise durante a Avaliação Quadrienal dos Programas pela Área, permitiu verificar de forma direta os produtos de forte impacto nas diferentes dimensões (ambiental, econômica, social ou cultural/científica) da sociedade em seus diferentes níveis de abrangência e assim traçar um perfil dos Programas atuais que compõem área Interdisciplinar.

A Área destaca que a análise do quadro geral da inserção profissional dos egressos, de um programa, pode se configurar como uma forma inequívoca de ferramenta para o aprimoramento do programa no que tange à qualidade de sua formação e preparo de profissionais para atender as necessidades estabelecidas pela sociedade.

A Área tem ciência dos grandes entraves para a realização desse tipo de levantamento. Entretanto, os benefícios desse acompanhamento do egresso são de suma importância para o programa se manter atualizado perante as necessidades do mercado e da sociedade.

2.2 Perspectivas na avaliação da produção intelectual

A Área Interdisciplinar considera a aderência da produção em relação ao Curso proposto, Áreas de Concentração e Linhas de Pesquisa. Para uma proposta de Programa Acadêmico, a formação de origem e titulação dos docentes, suas trajetórias de estudo e de pesquisa e a produção devem contemplar os objetivos do Programa. Supõe-se que

uma composição original do quadro docente a serviço da formação e pesquisa interdisciplinares deva se concretizar na forma de produção intelectual comprovada e potencial de formação de recursos humanos preparados para atuar de maneira cooperativa e integradora no âmbito de incidência dos estudos do curso.

Nesse contexto, considera-se um conjunto importante de indicadores:

- a) vinculação da produção bibliográfica, técnica e artística do PPG com a proposta, Áreas de Concentração e Linhas de Pesquisa do Programa. São considerados, para compor a produção do corpo docente permanente, artigos em periódicos, livros, capítulos, verbetes, produção técnica-tecnológica e artística/cultural relevante, de forma equilibrada e condizente com a natureza, proposta e área de atuação do programa;
- b) a produção do PPG será avaliada quanto à sua aderência à proposta do Programa e à qualidade/impacto de cada produto gerado. Serão utilizados os critérios da Área Interdisciplinar e indicadores bibliométricos como H-5 (Google), percentis Scopus e JCR. Destaca-se que é importante que todos os campos na Plataforma Sucupira sejam preenchidos, visto que informações incompletas impedem uma avaliação adequada dos produtos declarados. Produção com informação incompleta poderá receber uma menor pontuação ou ser desconsiderada;
- c) a composição da produção do Programa, de forma equilibrada e condizente com a natureza do Curso, artigos em periódicos, livros, capítulos, verbetes, produção técnica-tecnológica e artística/cultural relevante na área de atuação do curso;
- d) considera-se para compor a produção média do Programa, a produção equivalente em periódicos científicos, livros e capítulos, técnica-tecnológica e artística/cultural;
- e) a composição da produção bibliográfica do PPG poderá apresentar até 30% em produção de livros, capítulos e verbetes;
- f) possibilidade de contabilização de até 25% da produção média do PPG, em produção técnica-tecnológica e artística/cultural relevantes, conforme as indicações da Área Interdisciplinar, para Programas Acadêmicos. Este percentual é de até 50% para Programas Profissionais;
- g) considerando a natureza de um Programa Profissional, é necessária a presença de produção técnica-tecnológica e/ou artística/cultural qualificada, demonstrando o perfil profissional na área de atuação do curso. Tal produção tem que equivaler a pelo menos 25% da produção qualificada do programa. A Área Interdisciplinar faz uso das considerações apresentadas no relatório do Grupo de Trabalho (GT) Produção Técnica (<https://www.gov.br/CAPES/pt/br/centrais-de-conteudo/10062019-producao-tecnica-pdf>), que descreve 21 diferentes produtos técnicos e/ou tecnológicos. Qualquer produção que não esteja descrita no relatório será desconsiderada;

- h) produção qualificada, contínua e bem distribuída entre os docentes permanentes.

Em relação às classificações da produção intelectual dos programas, a Área Interdisciplinar segue as recomendações dos Relatórios dos Grupos de Trabalho (GT) sobre Classificações da Produção Intelectual vigente.

A classificação de artigos científicos publicados em periódicos fará uso de critérios relacionados aos periódicos científicos utilizados como veículos de disseminação do conhecimento e citações dos artigos em outras pesquisas, visto que este indicador reflete o impacto e contribuição da pesquisa realizada em nossos programas para a sociedade.

Os parâmetros de avaliação dos artigos que a Área Interdisciplinar deverá seguir estão alinhados com as demais Áreas da CAPES. A classificação realizada até a quadrienal de 2021-2024 era baseada no periódico. Entretanto, o principal conceito da mudança consiste em focar na classificação do artigo e não do periódico no qual é publicado. Nessa abordagem, os periódicos não serão mais classificados em estratos Qualis.

Nesse novo modelo estão previstos procedimentos de classificação dos artigos. Os procedimentos utilizados em combinação serão:

1. A classificação do artigo pelos indicadores bibliométricos do periódico;
2. A classificação do artigo por indicadores bibliométricos diretos do artigo (índice de citação e altimetria, para a análise quantitativa) e classificação do artigo por critérios qualitativos do veículo (critérios de indexação, valorização de periódicos nacionais, acesso aberto, dentre outros).

Alguns parâmetros para a classificação do artigo pelos indicadores bibliométricos do periódico:

Lista de periódicos com percentis seguindo as bases bibliométricas internacionais de maior uso/relevância:

- a) Web of Science - Percentis calculados a partir do Fator de Impacto - Journal Citation Reports;
- b) Scopus - CiteScore e percentis;
- c) Google Scholar - índices h (h5);
- d) Nos casos em que o periódico possuir CiteScore e/ou Journal Impact Factor (JIF), será considerado para fins de estratificação o maior valor de percentil entre eles;
- e) Nos casos em que o periódico não possui CiteScore e/ou JIF, será verificado o valor do h5 do Google, por meio do empilhamento realizado por áreas de conhecimento, será possível atribuir o estrato ao periódico;
- f) Adicionalmente, a Área irá considerar as boas práticas editoriais no processo de avaliação;

- g) A Área atribuirá uma distribuição dos periódicos em 8 estratos, variando de A1 até A8, com base na distribuição dos percentis e/ou do empilhamento do h5, alterando o estrato a cada 12,5%.

Após a análise dos critérios baseados nos percentis e boas práticas editoriais, a Área também realizará uma análise qualitativa do periódico valorizando alguns aspectos considerados relevantes:

- a) Artigos com acesso aberto em periódicos sem cobrança de taxas de publicação com corpo editorial e revisão por pares;
- b) Indexação em base de dados relevantes para a Área (Scielo, Directory of Open Access Journals (DOAJ));
- c) Revistas de Associações e Entidades Científicas Nacionais.

Ao finalizar o processo de avaliação dos periódicos, a Área avaliará o produto intelectual, ou seja, o artigo científico. O processo de avaliação será realizado por meio das citações que o artigo recebeu durante o quadriênio de avaliação. A Área Interdisciplinar fará uso da base OPENALEX para identificar as citações, considerando a possibilidade de aumento em 1 estrato para os artigos que receberam citações. Ressalta-se que durante o processo de avaliação, esta bonificação poderá ser revista se for constatado que o processo de citação foi conduzido de maneira artificial, como por exemplo utilizando do recurso da autocitação.

Quanto à classificação de livros, ressalta-se a necessidade de melhorar a qualidade das informações fornecidas pelos PPGs, no ato do preenchimento dos formulários específicos para cada publicação, bem como padronizar os tipos de produtos avaliados e gerenciar o volume de produção.

A avaliação da produção artístico-cultural e da produção técnica/tecnológica foi atualizada para melhorar o preenchimento e o registro da produção, com ajustes específicos para cada Área. A classificação de eventos científicos foi mantida com critérios claros para identificação e extração de citações.

Com relação à análise qualitativa e de destaques, a Área Interdisciplinar segue as recomendações do Relatório do Grupo de Trabalho (GT) Análise Qualitativa e de Destaques na Pós-Graduação *stricto sensu* (2024), entendendo a necessidade de que os Programas trabalhem de maneira integrada uma ação de avaliação que equilibre indicadores quantitativos e qualitativos. Esse processo deve ser feito tendo por base o que a Área entende como objeto a ser avaliado e no entendimento sobre a forma como essa avaliação deve ser feita, garantindo a melhor informação possível para expressar o item em apreciação.

Neste sentido, salienta-se a importância de uma boa articulação entre as informações prestadas pelos PPGs (texto do relatório, justificativa apresentada para o destaque etc.) e a identidade e perfil do Programa. Isso significa que os relatos que acompanham os itens

a serem avaliados devem priorizar a conexão do que pretendem apresentar com o que o programa define para si, em termos de objetivos, missão, perfil do egresso, entre outros itens aos quais podem ser aplicados critérios de avaliação qualitativa. O mesmo princípio lógico pode ser aplicado para os demais indicadores, como o módulo de destaques, por exemplo.

2.3 Perspectivas da Área quanto às mudanças impostas pelo movimento de Ciência Aberta

O movimento Ciência Aberta foi intensificado na pandemia da COVID-19, a qual conduziu ao maior compartilhamento de dados científicos. Para a Área Interdisciplinar essa proposta vem obtendo espaço, mas ainda há um longo caminho a ser percorrido para um acesso irrestrito às pesquisas e publicações. Entretanto, essa semente torna possível o acesso, transferência e compartilhamento de informações confiáveis e que propiciará uma ciência inclusiva e ativa que interage com a sociedade.

3 IMPACTO

3.1 Perspectivas de impacto dos Programas da Área na sociedade¹²

No contexto da interdisciplinaridade, surgem importantes desafios epistemológicos, teóricos e metodológicos. Estabelecer a relação entre saberes, propondo o encontro entre o teórico e o prático, entre o filosófico e o científico, entre ciência e tecnologia e entre ciência e arte é a base de suas estratégias para responder aos desafios do saber complexo.

Portanto é esperado que o produto de uma proposta de Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar, em geração de conhecimento e qualidade de recursos humanos formados, seja qualitativamente superior às contribuições individuais das partes envolvidas. Assim, a Área Interdisciplinar tem por perspectiva permitir que as propostas de programas encontrem espaço e ofereçam novas estratégias de abordagem dos desafios contemporâneos.

A interdisciplinaridade se caracteriza como espaço privilegiado, em virtude de sua própria natureza transversal, indicada em seu prefixo, para avançar além das fronteiras disciplinares, articulando, transpondo e gerando conceitos, teorias e métodos, ultrapassando os limites do conhecimento disciplinar e dele se distinguindo, por

¹² Considerando incentivos para ampliar transferência/compartilhamento de conhecimento e expandir produtos/processos de inovação tecnológica e social.

estabelecer pontes entre diferentes níveis de realidade, lógicas e formas de produção do conhecimento. Para tanto, torna-se indispensável o frequente diálogo entre suas subáreas e as demais Áreas disciplinares. A adoção desses princípios na formação de recursos humanos via práticas de pesquisa, ensino e extensão apresentam vários desafios a docentes e discentes da Área Interdisciplinar, dentre os quais destacam-se:

- a) promover a abertura para o enfrentamento de novas perspectivas teórico-metodológicas de pesquisa, ensino e inovação;
- b) atender aos desafios epistemológicos que a inovação teórica e metodológica apresenta às pesquisas e ao ensino interdisciplinares, o que requer diálogos cada vez mais estreitos entre disciplinas de diferentes áreas do conhecimento e das áreas entre si, assim como destas com as filosofias das ciências, em suas diferentes vertentes;
- c) promover a incorporação de metodologias interdisciplinares nos projetos de pesquisa dos docentes e discentes;
- d) reconhecer que diferentes concepções podem ser adotadas nas pesquisas e no ensino interdisciplinar, pois é possível construir significados distintos, valorizando e reconhecendo a diversidade que a área comporta;
- e) aprofundar as características definidoras dos conceitos de pluri, multi e interdisciplinaridade, seus diferentes contextos teórico-metodológicos, tendo em vista suas relações e diferenciações, possibilidades e limites, a fim de melhor embasar as definições de propostas de ensino e pesquisa, suas linhas inovadoras, assim como as avaliações dos diferentes programas da Área Interdisciplinar;
- f) impactar a sociedade formando profissionais capacitados que desenvolvam pesquisas e soluções inovadoras e contribuindo diretamente para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e promovendo um futuro mais justo e equilibrado;
- g) identificar canais para a intensificação do diálogo inter e intra Câmaras Temáticas da Área Interdisciplinar, para as trocas de experiências entre os Programas e a divulgação do conhecimento interdisciplinar gerado.

Tendo em vista que um dos maiores desafios deste século é o da (re)ligação de saberes, abre-se na Área Interdisciplinar um espaço para inovação da organização do ensino da Pós-Graduação e da pesquisa, espaço esse que induz a formação interdisciplinar e humanista dos alunos, docentes e pesquisadores. Essa formação volta-se para o desenvolvimento e adoção de atitude interdisciplinar em suas diferentes práticas de ensino, pesquisa e extensão, incluindo-se aí a necessária inserção social da produção científica e tecnológica gerada.

Os casos de impacto de ações/produtos de ensino, pesquisa e inovação, e extensão, deverão ser selecionados pelo Programa, de acordo com sua missão e seus objetivos. Serão analisados: inserção, relevância e impactos positivos para o desenvolvimento social e comunitário, local, regional, nacional e internacional, com destaque para:

- I. Impacto social: contribuição para o aprimoramento da gestão pública e social e a redução da dívida social, ou para a formação de um público que faça uso dos recursos da ciência e do conhecimento no melhoramento das condições de vida da população e na resolução dos mais importantes problemas sociais em diferentes escalas territoriais.
- II. Impacto educacional: contribuição para a melhoria do ensino básico, técnico/profissional e superior, e para o desenvolvimento de propostas inovadoras de ensino.
- III. Impacto tecnológico: contribuição para o desenvolvimento local, regional, nacional e/ou internacional destacando os avanços gerados nos diversos seguimentos da sociedade e/ou para a sociedade em geral; disseminação de técnicas e de conhecimentos, incluindo tecnologias sociais, para todos os setores da sociedade.
- IV. Impacto econômico: contribuição para maior eficiência nas organizações públicas ou privadas, tanto de forma direta como indireta.
- V. Impacto sanitário: contribuição para a gestão sanitária, bem como na formulação de políticas específicas da Área da Saúde.
 - I. Impacto cultural: contribuição para a formação de pessoas qualificadas para o desenvolvimento cultural, formulando políticas culturais e ampliando o acesso à cultura e ao conhecimento. Desenvolvimento de projetos que incentivam e fortaleçam processos de participação social e formação, visando o respeito à diversidade, à pluralidade identitária e à tolerância social.
- VI. Impacto artístico: contribuição para a formação de pessoas qualificadas para o desenvolvimento artístico, formulando propostas e produtos inovadores.
- VII. Impacto profissional: contribuição para a formação de profissionais que possam introduzir mudanças na forma como vem sendo exercida a profissão, com avanços reconhecidos pela categoria profissional.
- VIII. Impacto legal: contribuição para a formação de profissionais que possam aprimorar procedimentos e a normatização na Área jurídica, em particular entre os operadores do Direito, com resultados aplicáveis na prática forense.
- IX. Impacto ambiental e desenvolvimento territorial: contribuição para o equilíbrio e sustentabilidade ambiental, conservação dos ecossistemas, aspectos socioambientais, manejo e recuperação do meio ambiente, valorizando a manutenção da biodiversidade, da natureza e dos povos e comunidades tradicionais.
- X. Impacto científico: contribuição para excelência e inserção na cultura científica internacional.

- XI. Outros impactos pertinentes às características do Programa, tais como a atuação profissional dos egressos; a inserção, relevância e impacto de projetos de extensão; produtos, processos e serviços nas comunidades.

Cada item selecionado para ser indicado deve vir acompanhado de uma breve descrição que justifique a indicação; elementos documentais que comprovem a realização do ato; repercussão; desdobramentos etc. Os casos selecionados poderão fazer referência à produtos de até 3 ciclos avaliativos, contudo, o impacto declarado deve ser mensurado no quadriênio vigente.

Quanto ao perfil profissional do Programa os 5 melhores produtos tecnológicos indicados pelo PPG serão avaliados qualitativamente quanto ao seu impacto e caráter inovador.

3.2 Perspectivas dos processos de inserção e ampliação da visibilidade dos programas (internacionalização incluída). Popularização da Ciência.

Percebe-se, a partir das Avaliações Trienais e Quadrienal anteriores, que os esforços em prol da internacionalização da Pós-Graduação brasileira vêm sendo paulatinamente intensificados na Área Interdisciplinar. Reafirmamos que a internacionalização não deve ser um fim em si, mas, sim, um meio para o continuado enriquecimento dos programas e de seus integrantes e estabelecimento de um número cada vez maior de projetos e colaborações internacionais.

A internacionalização efetiva e enriquecedora de um programa deve ser representada por um conjunto de ações concertadas, fruto da reflexão dos seus membros e que, juntas, devem servir para alargar as fronteiras das pesquisas daquele programa, expandir o conhecimento e a experiência profissional de seus estudantes, aumentando a visibilidade daquilo que se produz no programa.

A inserção internacional pode ser caracterizada por Programas de Pós-Graduação reconhecidos na CAPES com qualquer nota, dependendo de suas especificidades, sendo quesito de especial relevância para avaliação de programas com nota 7.

A internacionalização é caracterizada quando o Programa demonstrar, principalmente com relação ao corpo docente permanente e corpo discente:

- a) proporção significativa de docentes participando como visitantes em programas de IES ou centros de pesquisa estrangeiros;
- b) proporção significativa de docentes com estágio pós-doutoral em IES ou centros de pesquisa estrangeiros;
- c) recepção de professores visitantes estrangeiros no quadriênio;

- d) intercâmbio de alunos com IES estrangeiras, sobretudo por intermédio de bolsas-sanduíche;
- e) orientação de alunos de origem estrangeira;
- f) titulação de alunos em cotutela com outros países;
- g) intercâmbios envolvendo financiamentos recíprocos entre parceiros;
- h) participação em bancas no exterior;
- i) produção intelectual em cooperação com pesquisadores estrangeiros;
- j) participação em projetos de cooperação internacional, inclusive com países em desenvolvimento e países da América do Sul;
- k) participação em editais internacionais; formação de talentos humanos envolvendo países em desenvolvimento;
- l) participação de docentes e discentes em eventos científicos de caráter internacional; conferências e palestras no exterior;
- m) prêmios de reconhecimento internacional;
- n) o financiamento internacional de atividades de Pós-Graduação;
- o) participação em comitês editoriais, em revisão de publicações e em editoria de periódicos de circulação internacional;
- p) publicação de periódicos em língua estrangeira e com inserção internacional;
- q) participação em diretorias de associações científicas internacionais;
- r) participação em projetos de pesquisa envolvendo grupos de pesquisa de instituições estrangeiras;
- s) participação em convênios baseados em reciprocidade na forma de redes de pesquisa, destino dos egressos, com indicadores de alunos que estão atuando em IES, em Programas de Pós-Graduação ou outras atividades profissionais de destaque no país e no exterior.

Cabe ressaltar que o processo de internacionalização pode ocorrer via indivíduo ou via Programa, sendo que a interação do programa como um todo em atividades de internacionalização é mais desejável.

Em relação à questão da visibilidade, a Área entende que ela está atrelada às ações de internacionalização e regionalização do Programa, as quais deverão ser passíveis de identificação na página *web*, com destaque para as ações de cooperação e de reconhecimento da qualidade do Programa (premiações, bolsas, convênios/colaborações formalizadas, financiamentos etc.).

Adicionalmente, os seguintes itens serão avaliados: a manutenção de uma página *web* atualizada do Programa, com informações acessíveis e transparentes para o público em geral, contendo apresentação da proposta, áreas de concentração, linhas de atuação, corpo docente, matriz curricular, regimento e editais de seleção. É verificada a disponibilização online das teses, dissertações ou equivalentes.

Os sítios da *internet* dos Programas devem ser disponibilizados em mais de um idioma. Um terceiro idioma é esperado com base no perfil do Programa.

Há outras ações que promovem a visibilidade do Programa como: entrevistas, premiações, participação em Programas de TV e de rádio e diferentes mídias, redes sociais, promoção de eventos e participação em bancas e palestras nacionais e internacionais, assessorias e consultorias etc.

A Área também considera importante para fins de inserção e ampliação da visibilidade dos programas as questões inerentes à popularização da ciência, tais como:

- a) ações de divulgação científica para a sociedade para esclarecer e dar publicidade a suas linhas de pesquisa e sua relevância para a sociedade utilizando linguagem acessível;
- b) atividades relacionadas com a educação básica voltadas para a popularização da ciência;
- c) criação de canais de comunicação para a sociedade em geral;
- d) criação de grupos de pesquisa, incluindo cientistas e a sociedade;
- e) democratização do acesso à informação científica;
- f) laboração de vídeos e conteúdos informativos, abordando temas científicos pertinentes para o cotidiano da população;
- g) elaboração e divulgação de matérias/artigos com foco na divulgação científica e tecnológica;
- h) elaboração e/ou participação de políticas públicas para popularização da ciência.

3.3 Medidas de indução de interação com a educação básica ou outros setores da sociedade

A Área Interdisciplinar incentiva os Programas de Pós-Graduação Acadêmicos e Profissionais, a promoverem ações junto ao Ensino Fundamental e Médio no âmbito local, regional e nacional, e a disponibilizar material didático e de divulgação científica na página do Programa na *internet*. São valorizadas iniciativas tais como, desenvolvimento de projetos e Programas de Extensão, promoção de feiras de ciência, orientação de estágio júnior, visitas guiadas às instalações do programa e apresentações de palestras a alunos da Educação Básica.

A Área valoriza a descrição das linhas de atuação do Programa em linguagem acessível a estudantes da Educação Básica e à comunidade não acadêmica. A Área Interdisciplinar tem dado importante destaque e incentivo ao esforço de inserção social, cultural e econômico dos programas da área nos níveis locais, regional e nacional. Neste sentido, como demonstrado no Relatório da Avaliação Quadrienal 2017, o quesito inserção social

foi aquele que alcançou a maior proporção de avaliação positivas em comparação com os demais quesitos, fruto da constatação de um conjunto de enlaces criativos, inovadores e produtivos com as comunidades e seus diversos agentes.

A criação e consolidação de Programas Interdisciplinares em áreas estratégicas, como segurança pública, direitos humanos, estudos de fronteiras, relações étnico-raciais, gênero e sexualidade, tecnologias educacionais, entre outros, promete um incremento ainda mais significativo da Área no desenvolvimento social e econômico da sociedade brasileira. Isto transparece, por exemplo, na valorização do item Inserção Social na Ficha de Avaliação para os Programas de Pós-Graduação acadêmicos e profissionais.

Esta medida, somada a crescente consciência dos PPGs de sua importância no desenvolvimento científico-tecnológico, social, cultural, ambiental do país, tem se traduzido em múltiplas aproximações de sucesso com os diversos setores da sociedade, como no auxílio ao estabelecimento e consolidação de políticas públicas, com a educação básica, com o setor empresarial, com instituições do terceiro setor, entre outros. Destaque-se ainda que a atuação e o fortalecimento de PPGs interdisciplinares estão intimamente ligados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Por exemplo, a erradicação da pobreza (ODS 1) envolve conhecimentos de economia, sociologia, saúde pública e educação. Questões como a mudança climática (ODS 13) demandam a colaboração entre ciências naturais, engenharia, políticas públicas e ciências sociais para desenvolver estratégias eficazes de mitigação e adaptação às alterações no clima.

4 CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXCELÊNCIA NA ÁREA

A Área Interdisciplinar segue as recomendações do Relatório do Grupo de Trabalho (GT) Excelência na Pós-Graduação *stricto sensu* (2024) (correspondente aos PPGs com notas 6 e 7), de acordo com o disposto no Quadro 1, página 19, do relatório em questão. Ademais, a Área Interdisciplinar entende que a excelência deve compreender, além da produção intelectual do corpo docente e dos egressos, a própria trajetória dos egressos no enfrentamento de problemas complexos em suas atuações profissionais.

Conforme destacado no Relatório do GT, a natureza intrínseca dos programas pode definir parâmetros de excelência mais adequados. Nesse sentido, PPGs com maior atuação local/regional não devem ser avaliados da mesma forma que PPGs com impactos mais nacionais/internacionais, ao menos em números absolutos. Ressalta-se que os impactos/projetos/produtos que sejam indicadores de excelência não devem ser esporádicos ou pontuais e devem refletir ações sustentadas do PPG (inclusive para

garantir que programas que tiveram pequenas variações em parâmetros específicos de avaliação não sejam penalizados e percam sua condição de excelência).

Os programas classificados com nota 6 caracterizam-se por demonstrar maturidade acadêmica consolidada e desempenho consistentemente superior aos programas nota 5 em todos os quesitos avaliativos. Estes PPGs apresentam interdisciplinaridade efetiva materializada em projetos integradores, linhas de pesquisa bem articuladas e trabalhos de conclusão que efetivamente integram diferentes áreas do conhecimento. A produção científica situa-se majoritariamente nos estratos superiores, com índices de produtividade alcançando percentis entre 70% e 90% quando comparados aos demais programas da área. A formação discente revela qualidade diferenciada, evidenciada pela inserção dos egressos em posições relevantes na academia, setor público e iniciativa privada, tanto nacional quanto internacionalmente. As ações de internacionalização mostram-se estruturadas e em expansão, com mobilidade docente e discente, parcerias institucionais formalizadas e produção científica em colaboração internacional. O impacto social manifesta-se através de produtos técnicos e tecnológicos com aplicação concreta, bem como em projetos que respondem a demandas regionais e nacionais estratégicas. A capacidade de captação de recursos externos está estabelecida, com financiamentos recorrentes de agências de fomento nacionais e algumas parcerias internacionais.

Os programas que alcançam a nota 7, por sua vez, distinguem-se por apresentar padrão de excelência máximo em todas as dimensões avaliadas, com indicadores sistematicamente posicionados nos percentis mais elevados da área, frequentemente acima de 90% ou 95%. A interdisciplinaridade não apenas está consolidada, mas representa um diferencial marcante que confere ao programa reconhecimento como referência nacional e internacional em sua área de atuação. A produção científica caracteriza-se não apenas pelo volume nos estratos superiores, mas pela consistência em publicações de alto impacto internacional, com citações expressivas e reconhecimento comprovado pela comunidade científica global. Os trabalhos de conclusão frequentemente recebem premiações nacionais e internacionais, demonstrando não só rigor metodológico, mas relevância científica e social diferenciadas. A inserção dos egressos ultrapassa o patamar de "boa colocação" para alcançar posições de liderança e destaque em instituições de excelência mundial, tanto na academia quanto em organizações internacionais, empresas de tecnologia de ponta e órgãos governamentais de alto nível.

A internacionalização nos programas nota 7 transcende a existência de convênios formais para se consolidar como estratégia estruturante da excelência acadêmica. Observa-se participação ativa em redes científicas globais, projetos multicêntricos de envergadura internacional, mobilidade consistente e bidirecional de docentes e discentes, além de produção científica com alta taxa de coautoria internacional em periódicos de primeiro quartil. Não raro, docentes destes programas participam de painéis científicos internacionais, comissões de órgãos como UNESCO e OMS, ou são reconhecidos entre os pesquisadores mais influentes do mundo em suas áreas. A captação de recursos inclui não apenas agências nacionais, mas também

financiamentos de organismos internacionais, fundações estrangeiras e projetos em cooperação com instituições de excelência mundial.

O impacto social dos programas nota 7 manifesta-se de forma diferenciada, não apenas respondendo a demandas regionais ou nacionais, mas muitas vezes antecipando questões estratégicas e oferecendo soluções que se tornam referência para políticas públicas ou práticas profissionais. A atuação destes programas frequentemente extrapola o âmbito local para produzir efeitos em contextos mais amplos, inclusive internacionais. Produtos técnicos e tecnológicos desenvolvidos alcançam patamares de inovação reconhecidos por meio de patentes, licenciamentos ou adoção por instituições de referência. A organização de eventos científicos internacionais de grande porte, a produção de relatórios técnicos para organismos multilaterais e a participação em fóruns globais de discussão de temas estratégicos são características recorrentes.

Outro aspecto distintivo dos programas nota 7 reside na consistência temporal de sua excelência. Enquanto programas nota 6 podem estar em trajetória ascendente, demonstrando evolução progressiva de seus indicadores, os programas nota 7 caracterizam-se por manter padrão de excelência consolidado ao longo de múltiplos quadriênios, frequentemente tendo alcançado este patamar em avaliações anteriores. A infraestrutura institucional de apoio às atividades de pesquisa, ensino e internacionalização encontra-se plenamente estabelecida, com laboratórios de referência, plataformas tecnológicas avançadas e sistemas de gestão amadurecidos.

A relevância estratégica também se apresenta de forma diferenciada. Enquanto programas nota 6 abordam temas importantes para contextos regionais ou nacionais, os programas nota 7 frequentemente posicionam-se em temas de relevância global, como mudanças climáticas, saúde pública internacional, desenvolvimento sustentável ou tecnologias disruptivas, contribuindo para agendas científicas e políticas em escala planetária. Esta relevância traduz-se não apenas em produção científica, mas em capacidade demonstrada de influenciar debates, orientar políticas e formar lideranças científicas e profissionais que atuam em contextos de grande abrangência.

Em síntese, a distinção fundamental entre os dois patamares de excelência reside não em diferenças pontuais de indicadores, mas em um conjunto articulado de características que revelam maturidade institucional, liderança científica consolidada, reconhecimento internacional inquestionável e capacidade demonstrada de produzir impactos duradouros tanto no avanço do conhecimento quanto na transformação social em múltiplas escalas.

A nota 7 representa, assim, não apenas um programa de excelência, mas um programa que se estabelece como referência nacional e internacional em sua área de atuação, formando recursos humanos do mais alto nível e produzindo conhecimento que efetivamente contribui para o enfrentamento de desafios complexos da sociedade contemporânea.

Por fim, cabe destacar que a excelência é avaliada em relação ao que o programa se propõe a fazer e ser referência na sua área, *independentemente* de sua modalidade, profissional ou acadêmica.

5 EQUIDADE, REDUÇÃO DE ASSIMETRIAS E DIVERSIDADE

5.1 Perspectivas de redução de assimetrias regionais e intrarregionais

A Área Interdisciplinar a partir de suas premissas básicas vem atendendo e contribuindo para implementação de ações de diminuição das assimetrias regionais e intrarregionais que constam no PNPG vigente e para a expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). A Área Interdisciplinar, desde a sua criação, é uma das áreas que mais tem recebido propostas de novos programas/cursos de Pós-Graduação. Vale ressaltar que esse crescimento traz na sua dinâmica a primazia da qualidade, a quebra da endogenia e a atenção à redução das assimetrias. Neste sentido, destacamos o alcance e a abrangência atual da Área, com 387 Programas de Pós-Graduação credenciados pela CAPES em funcionamento, em todos os estados brasileiros, com nota igual ou superior a 3 em 2024 (Tabela 1).

As assimetrias regionais se intensificam quando observamos a distribuição dos programas notas 5, 6 e 7. A distribuição dos programas de Pós-Graduação pelas regiões do país tem relação com o número de habitantes/por região. As regiões Norte e Centro-Oeste são as que têm menor número absoluto de programas, mas são também as regiões que têm menor quantidade de habitantes. Um exemplo da contribuição da Área para a diminuição das assimetrias regionais foi a evolução da região Norte, no quadriênio 2013-2016, com a ampliação de Programas e a recomendação de um Programa de Mestrado/Doutorado acadêmico para nota 6 e um Programa de Mestrado Profissional para nota 5. Em 2024, a região norte conta com um Programa de Mestrado/Doutorado Acadêmico para nota 7 e outro nota 5 e com dois Programas de Mestrado Profissional nota 5.

Esta ampliação de Programas da Área também tem auxiliado o processo de formação de recursos humanos para a docência, a pesquisa e a extensão, além da relevância de seus impactos sociais, culturais e econômicos. Como pode ser verificado na Tabela 1, alguns estados e regiões ainda demandam diferentes modalidades e níveis de cursos e os que já existentes apresentam, geralmente, notas 3 (para mestrados) e 4 (para doutorado), valores mínimos para manutenção do curso. Há, portanto, assimetria na distribuição de PPG nas regiões bem como pouca interiorização de cursos de excelência. Considerando tal cenário, a área pretende atuar juntamente com estes programas para auxiliar no seu amadurecimento.

Tabela 1. Distribuição dos programas por nota, modalidade, UF e região. Fonte: DAV/CAPES, 10/04/2024.

Região	UF	Total de Programas	Nível	Nota do curso					
				3	4	5	6	7	Aprovado
Centro-Oeste	Distrito Federal	11	ME		1				
			ME/DO		4	3			
			MP	1	1				2
	Goiás	12	ME	2	3				
			ME/DO		4	1			
			MP		1				1
	Mato Grosso	5	ME		3				1
			ME/DO			1			
	Mato Grosso do Sul	8	ME	2	1				
ME/DO				2	2				
MP				1					
Nordeste	Alagoas	2	ME	1					
			ME/DO			1			
	Bahia	31	DO		2	1			
			ME	2	1				3
			ME/DO		10	1	2		
			MP	3	3	1			1
	Ceará	14	DP		1				
			ME	6	1				2
			ME/DO			1			
	Maranhão	8	MP	4					
			ME	1	2				3
			ME/DO		1				
	Paraíba	2	MP	1					
			ME		1				
	Pernambuco	9	ME/DO			1			
			ME	2	1				1
			MP	2					
			DP						
	Piauí	3	ME	1					1
			MP	1					
Rio Grande do Norte	5	ME	1	1					
		MP	1	2					
Sergipe	4	ME	1	1					
		ME/DO		1	1				
Norte	Acre	1	ME		1				
	Amapá	3	ME	1				1	
			MP					1	
	Amazonas	6	ME		2			2	
MP			1				1		

Região	UF	Total de Programas	Nível	Nota do curso					
				3	4	5	6	7	Aprovado
Norte	Pará	19	ME	5	2				2
			ME/DO		2	1		1	
			MP	2	1				1
			MP/DP		1	1			
	Rondônia	4	ME	1					1
			ME/DO		1				
			MP/DP		1				
	Roraima	4	ME	1					1
			MP	1	1				
	Tocantins	4	ME		1				
MP				2					
MP/DP					1				
Sudeste	Espírito Santo	4	ME/DO		1				
			MP	2	1				
	Minas Gerais	30	ME	7	3				1
			ME/DO		3	3	2		
			MP	4	3				3
			MP/DP			1			
	Rio de Janeiro	50	DO		2				
			DP						
			ME	4	3				1
			ME/DO		11	7	3	2	
			MP	3	9	1			
			MP/DP		1	1			2
	São Paulo	66	DO		2				
			ME	7	9	2			
ME/DO				13	17	3	1		
MP			3	7	1				
MP/DP				1					
Sul	Paraná	31	ME	2	7				2
			ME/DO		10	5			
			MP	3	2				
	Rio Grande do Sul	36	DO			1		1	
			ME	3	3	2			2
			ME/DO		7	6	1	1	
			MP	4	2	2			1
	Santa Catarina	14	DO			1			
			ME		2			1	
			ME/DO		5	1		1	
MP				2					
MP/DP					1				

A Área Interdisciplinar sempre esteve preocupada com as assimetrias nos Programas de Pós-Graduação no Brasil e compreende que a assimetria apresenta uma pluralidade de questões que devem ser observadas e analisadas ao longo de sua trajetória. Quando avaliamos as questões territoriais, é importante considerar que não se trata necessariamente de questões regionais, visto que mesmo em regiões como Sul e Sudeste, temos algumas mesorregiões ainda com fragilidades na disponibilidade de Programas de Pós-Graduação que atendam suas demandas, mas compreendemos que ao olhar para as regiões Norte, Centro-Oeste e não litorânea nordestina, a assimetria fica mais acentuada.

Considerando se tratar da área que busca avançar na formação, pesquisa e prática interdisciplinar, outro ponto que deve ser considerado são as características locais da região onde se pretende iniciar o Curso/Programa proposto. Na análise de um PPG da Área em uma determinada região, a temática ou modalidade do Curso/Programa proposto sempre são consideradas no processo de análise. Com base no exposto, a Área Interdisciplinar pode considerar, desde que justificadas na apresentação da proposta do novo curso/programa o motivo pelo qual a proposta se encontra em uma localidade de baixa densidade de cursos de Pós-Graduação, a flexibilização excepcional de até 20% por um período de até 5 anos de alguns critérios relacionados à composição do corpo docente, como quanto ao número de docentes, experiência de orientação e percentual de dedicação exclusiva à proposta.

A Área considera que esta colaboração para a diminuição das assimetrias regionais e intrarregionais pode ser intensificada com financiamentos das diversas agências de fomento direcionados para a consolidação e criação de Programas de Pós-Graduação em temáticas estratégicas, de caráter interdisciplinar, voltados para o desenvolvimento regional e nacional.

Algumas estratégias que os Programas podem utilizar para minimizar as assimetrias é a indução de programas de Pós-Graduação em regiões assimétricas e ampliação de Programas de Pós-Graduação em forma associativa e/ou ações de solidariedade e fusão. Também o intercâmbio de docentes e discentes entre programas de Pós-Graduação e estratégias para a fixação de doutores em regiões assimétricas.

5.2 Visão da Área sobre mecanismos de solidariedade (incluindo PCI)

A Área considera como fundamentais o fortalecimento e disseminação de mecanismos de solidariedade. As experiências com os Minter/Dinter têm sido positivas, possibilitando a formação e qualificação, a nucleação de PPGs consolidados, o fortalecimento da cooperação institucional, auxiliando o processo de transferência e construção de conhecimentos, colaborando para a constituição de uma cultura de Pós-Graduação enraizada nos contextos regionais e, conseqüentemente, estimulando o

surgimento de novos programas em áreas estratégicas para o desenvolvimento regional e nacional, sendo um instrumento efetivo para a diminuição de assimetrias. A qualificação de recursos humanos para atuação no mercado de trabalho, visa para atender demandas sociais, profissionais, técnicas e tecnológicas das organizações públicas ou privadas, aumentar o intercâmbio e a cooperação entre instituições públicas e privadas.

5.3 Visão da Área quanto às políticas afirmativas de inclusão, permanência e acessibilidade.

O Comitê Permanente de Ações Estratégicas e Políticas para a Equidade de Gênero com suas Interseccionalidades no âmbito da CAPES (Portaria CAPES 215, de 10 de julho de 2024) orientou procedimentos e ações para aprimorar o processo de inclusão de pessoas diversas que devem ser guias para as Instituições, Programas de Pós-Graduação e Coordenações de Área. Parte das orientações do Comitê complementam os procedimentos de avaliação, e quando pertinente, os indicadores dos Itens 1.3, 2.3, 2.4, e do Quesito 3 da Ficha de Avaliação devem considerar as orientações presentes na seção “D2” do Documento “Parâmetros Comuns”.

Ações afirmativas são políticas de inclusão e democratização que visam o combate à discriminação e desigualdade social, étnico-racial, de gênero, sexual e religiosa, com o objetivo de promover igualdade substantiva de grupos historicamente e socialmente excluídos e discriminados. A crescente importância das políticas afirmativas de inclusão, permanência e acessibilidade no ensino superior tem sido acompanhada por políticas nacionais em consonância com as mudanças e exigências do contexto global, que buscam aproximar as Instituições de Ensino Superior (IES) das demandas e necessidades da sociedade.

As ações implementadas têm contribuído para o avanço da política de ações afirmativas na Pós-Graduação. Entretanto, é necessário aprofundar a análise e o melhoramento das políticas desenvolvidas nos Programas de Pós-Graduação, a fim de propiciar a ampliação dos grupos até então excluídos e que devem ser atendidos pela estruturação de ações de acesso e permanência.

Neste sentido, a Lei nº 14.723 sancionada em novembro de 2023, não apenas revisa e amplia a Lei nº 12.711/2012, como inaugura uma nova fase das políticas de ações afirmativas na Pós-Graduação no Brasil.

As políticas de ações afirmativas para inclusão de pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência promovidas pelos programas de Pós-Graduação *stricto sensu* apontam a diversidade como importante para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação em nosso país. Uma diversidade marcada pela multiplicidade de existências plurais para além do universalismo.

A Área Interdisciplinar considera que a qualidade dos Programas de Pós-Graduação não pode ser aferida apenas por meio de indicadores de produtividade e de resultados tangíveis, ou seja, não pode ser entendida sem incorporar a equidade no conceito de qualidade, por isso, é preciso assegurar políticas de acesso, equidade e justiça que demonstrem e garantam oportunidades aos diferentes grupos vulneráveis socioeconomicamente, excluídos da vida universitária.

As iniciativas para a promoção da equidade e a construção de uma sociedade menos desigual, mais justa, solidária e democrática nas IES têm sido variadas. Espera-se que as propostas explicitem:

a) políticas institucionais que contribuam, promovam e incentivem a justiça social para grupos vulnerabilizados socioeconomicamente e historicamente discriminados e excluídos;

b) ações do Programa que desenvolvam mecanismos para o acesso e a permanência com sucesso, que permitam a um maior número de estudantes beneficiar de um ensino superior de qualidade (reservas de vagas, apoio financeiro, acompanhamento acadêmico, entre outras);

c) ações do Programa que visam a composição do corpo docente com foco na pluralidade étnico-racial, gênero e sexualidade;

d) ações que visam a promoção da diversidade e da interculturalidade no Programa;

e) boas práticas em acessibilidade, não só o acesso, mas também a permanência e a conclusão do curso. Nesse sentido, a proposta deve explicitar condições de acessibilidade por meio de estratégias de apoio, tecnologias assistivas e/ou ajuda técnica para garantia de acesso, permanência e processos de aprendizagem para pessoas com deficiência, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.

Na análise do número de docentes permanentes que atendem aos critérios de produção indicados neste documento, aqueles docentes que apresentaram licença parental nos 24 meses anteriores à data de submissão da proposta não serão incluídos no cálculo geral, mas a proposta deverá indicar claramente as docentes permanentes nesta condição. A proposta poderá descrever campanhas internas e externas que possam contribuir para desnaturalizar os estereótipos, as visões preconceituosas e ações discriminatórias relacionadas aos diversos segmentos da sociedade (negros, mulheres, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiências, LGBTQIA+, entre outros).

6 ALTERAÇÕES DOS PROGRAMAS

6.1 Visão da Área sobre fusão, desmembramento e migração

A Área tem sido um espaço de acolhimento de novas e ousadas propostas de Programas que transpassam fronteiras do conhecimento se delineando como interdisciplinares. Dessa forma, um conjunto de áreas que, inicialmente, estavam alocadas na Área Interdisciplinar, com a consolidação de Programas cujas temáticas e práticas de produção do conhecimento eram convergentes, evoluíram para se tornar independentes.

Destacam-se as seguintes ações características deste processo: criação em 2008 da Grande Área Multidisciplinar e denominando esta Área 45 como Interdisciplinar. Nesse mesmo ano, a área 46, Ensino, absorveu Cursos/Programas da Câmara II com temáticas de ensino, criou-se a área 47, Materiais, que absorveu Cursos/Programas da Câmara III e ainda neste ano, criou-se a área 48, Biotecnologia, com Cursos/Programas que apresentavam aderência a esta temática e que estavam alocados na Câmara IV.

Em 2011, foi criada a área 49 de Ciências Ambientais com a migração de 47 cursos/programas da Câmara I.

Também vale assinalar a flexibilidade interna da Área que, por diferentes motivações, como aqueles referentes à dinâmica interna de determinados PPGs, tem aceitado a migração de programas para outras áreas e, em contrapartida, acolhido programas que, no seu processo de evolução, tornaram-se caracteristicamente interdisciplinares.

Essa é uma dinâmica, até certo ponto, esperada na Área Interdisciplinar, tendo em vista seu caráter intrinsecamente dinâmico. O estímulo a processos de fusão, por exemplo, em programas com temáticas convergentes em uma mesma instituição, pode ser pertinente, desde que sejam levados em consideração as diferentes notas, a dimensão do corpo docente, o impacto desta fusão na formação do corpo discente, e as novas perspectivas conjuntas de inserção social dos programas, conforme estabelecido na legislação vigente.

A fragmentação de Programas pode ocorrer, desde que justificada e que os Programas, quando separados, consigam manter a qualidade do processo de formação dos egressos e a identidade dos respectivos Programas, devendo atender a legislação vigente. A Área entende que este procedimento é mais factível para Programas em associação que amadureceram ao ponto de gerar institucionalmente a sustentação do programa e a qualidade no processo formativo.

7 OUTRAS CONSIDERAÇÕES DA ÁREA

A Área Interdisciplinar caracteriza-se pelo crescimento acelerado desde a sua criação, é uma das Áreas que mais tem recebido propostas de novos Programas/Cursos de Pós-Graduação. Estas propostas refletem, na sua maioria, um trabalho futuro de formação de recursos humanos altamente qualificado, com o diferencial de agregar competências para ações nas interfaces das Áreas canônicas do conhecimento. Como consequência temos a geração de novas metodologias de trabalho, impactando positivamente no meio científico e na sociedade.

Ressalta-se aqui que esse crescimento traz, em sua dinâmica, a primazia da qualidade, a quebra da endogenia e a atenção à redução das assimetrias. Um exemplo da contribuição da Área para a diminuição das assimetrias regionais foi a evolução da região Norte, como já apontada. Vale ressaltar que a ampliação de PPGs nas regiões Norte e Centro-Oeste tem auxiliado o processo de formação de recursos humanos para a docência, a pesquisa e a extensão, além da relevância de seus impactos sociais, culturais e econômicos.

A Área Interdisciplinar considera importante que os PPGs contemplem os ODS em disciplinas, projetos, trabalhos de conclusão e ações desenvolvidas no âmbito do Programa, de acordo com a sua natureza e especificidades. A utilização desses objetivos agregada ao processo de formação e de produção de conhecimento, propiciam a integração do programa alinhando a sua missão com as necessidades da sociedade em relação ao desenvolvimento sustentável.

No contexto da Área, é necessário articular os ODS com ações que fomentem a participação ativa de docentes, discentes, corpo técnico e da comunidade no acompanhamento das metas estabelecidas e na implementação das iniciativas locais, regionais, nacionais e internacionais, quando aplicável.

A Área entende que a vinculação dos ODS em disciplinas, projetos e trabalhos de conclusão envolve questões comumente associadas a mais de um objetivo, articulando este processo através da formulação de políticas de avaliação e autoavaliação, planejamento estratégico, acompanhamento e avaliações de ações diretas e/ou transversais do programa as quais estejam alinhadas à missão, público-alvo, perfil do egresso e particularidades do PPG.

O acompanhamento e alcance das metas dos ODS vinculados ao PPG são ações que se fazem necessárias e poderão gerar iniciativas intersetoriais para a construção de redes que envolvam a sociedade e contribuam para a formulação das políticas e planejamento de gestão do programa.

É desejável que o PPG efetive essa inserção no projeto pedagógico, regimentos e normas do curso. É aconselhável que as orientações e a indicação dos ODS vinculada

nas disciplinas e projetos estejam disponíveis em relatórios de dados do programa e também em acesso público.

A Área ressalta que a vinculação aos ODS propiciará uma reflexão relativa à missão do PPG em relação aos temas globais e da forma como podem ser utilizados para uma aprendizagem crítica e que impacte na formação acadêmica e no perfil do egresso; de acordo com as prerrogativas da ONU e os debates existentes no Brasil, em torno do tema.

Legislações atuais da CAPES:

<https://www.gov.br/CAPES/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/avaliacao-o-que-e/sobre-a-avaliacao-conceitos-processos-e-normas/legislacao-especifica/legislacao-atual>